



Universidade de Departamento de Línguas e Culturas
Aveiro
2012

**INÊS CASTELO BRANCO
DE VASCONCELOS
CARDOSO**

**A equidade de género em Moçambique: a
contribuição de Graça Machel**



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2012

**INÊS CASTELO BRANCO
DE VASCONCELOS
CARDOSO**

**A equidade de género em Moçambique: a
contribuição de Graça Machel**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em línguas e relações empresariais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Hermínia Laurel, Professora catedrática do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e do Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença, professor auxiliar da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família e às minhas amigas que, tal como eu, escreveram uma tese.

O júri
presidente

Professora Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto
Professora auxiliar no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli
Professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Professora Doutora Maria Hermínia Deulonder Correia Amado Laurel
Professora catedrática no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença
Professor Auxiliar da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Aos meus orientadores, a Professora Hermínia Laurel e o Professor Carlos Sangreman.

Agradeço ao Professor Pires Laranjeira pela sugestão literária, ao Sr. Celestino Namuto da Embaixada de Moçambique em Lisboa pela incansável preocupação e imensa simpatia e à Professora Rebeca Hernandez pela inspiração constante.

À minha família que nunca se poupou a esforços para que eu pudesse receber uma boa educação e que sempre me incentivou a ser independente e a seguir o meu próprio caminho.

palavras-chave

Graça Machel, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Equidade de género.

resumo

O presente trabalho abordará as questões do *empowerment* da mulher e da equidade de género em Moçambique, avaliando qual a influência que Graça Machel tem tido neste processo. Iremos para isso discutir e analisar questões culturais e sociais que constituem a base desta desigualdade.

keywords

Graça Machel, Foundation for Community Development (FDC), Gender Equality.

abstract

The current work will tackle the issues of gender equality and women's empowerment in Mozambique, by assessing Graça Machel's influence in these matters. Therefore, we will discuss and analyze some cultural and social issues which are considered to be the main cause of this inequality.

Índice

| | |
|---|----|
| Siglas e acrónimos | 9 |
| Introdução | 10 |
| Metodologia..... | 12 |
| i. Enquadramento teórico | 13 |
| 1. Equidade de género | 13 |
| 2. <i>Empowerment</i> | 14 |
| 3. Liderança..... | 16 |
| 4. Moçambique - luta pela independência e FRELIMO | 21 |
| 4.1. Moçambique enquanto país independente | 23 |
| 4.2. Sociedade e costumes | 24 |
| 4.2.1 Casamentos prematuros e forçados..... | 27 |
| 4.2.2 A lei da família | 29 |
| 5. As mulheres na economia e no mundo de trabalho..... | 30 |
| 5.1. A economia informal..... | 32 |
| ii. Graça Machel..... | 36 |
| 1. Educação | 37 |
| 1.1. Educação e género..... | 37 |
| 1.2. O percurso da educação pós-independência | 38 |
| 2. A FDC | 45 |
| 2.1. A importância das ONGs | 45 |
| 2.2. O papel da FDC na educação..... | 46 |
| 2.4. Liderança | 55 |
| Conclusão | 59 |
| Bibliografia..... | 62 |

Siglas e Acrónimos

ADC – Associação para o Desenvolvimento da Comunidade

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

EP 1 – Ensino Primário de Primeiro Grau (1ª à 5ª classe)

EP 2 – Ensino Primário de Segundo Grau (6ª e 7ª classe)

FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)

INEFP – Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional

MINED – Ministério da Educação de Moçambique

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PER – Programa de Educação da Rapariga

PIB – Produto Interno Bruto

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RTVE – Rádio e Televisão Espanhola

SNE – Sistema Nacional de Ensino

UAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

UDM – Universidade Técnica de Moçambique

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

WLSA – As Mulheres e a Lei na África Austral

Introdução

A presente dissertação surge no âmbito do Mestrado em Línguas e Relações Empresariais. A sua pertinência justifica-se como sendo uma extensão da área de relações político-culturais abordada no mestrado. Os temas desenvolvidos serão o *empowerment* e a equidade de género em Moçambique, destacando a contribuição de Graça Machel nestas áreas. Ao adotar este tema, procurou-se chamar a atenção para a evolução social do feminino neste contexto específico, e para a forte assimetria entre géneros que caracteriza ainda a sociedade moçambicana.

Numa altura em que as relações de Portugal com as ex-colónias se estreitam cada vez mais e um número crescente de portugueses parte para os PALOP em busca de trabalho, pareceu-nos importante identificar a situação atual de igualdade de género em Moçambique. Nesse sentido, relevaremos os mecanismos e processos levados a cabo, tanto pelo governo moçambicano, como pela ativista de direitos humanos Graça Machel para promover o *empowerment* e a igualdade de género no país.

Apesar dos muitos progressos que se têm registado, as mulheres ainda representam quase dois terços dos 776 milhões de analfabetos no mundo (Barata & Piepoli, 2005). Cerca de 18% da população mundial é analfabeta, desta, aproximadamente 64% são mulheres. Na África subsaariana, a população de analfabetos ronda os 38%, dos quais 61% são do sexo feminino (Mário & Nandja, 2005). Em Moçambique, 60% das mulheres são mães antes dos 20 anos de idade e, em 2003, apenas 32% das mulheres sabia ler e escrever, enquanto que para os homens a percentagem era de 63%. Como consequência desta realidade, a equidade de género é o 3º dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio definidos em 2000 pela ONU. A igualdade de género diz respeito ao estágio de desenvolvimento humano que confere direitos, responsabilidades e oportunidades a indivíduos, independentemente do seu género, permitindo-lhes realizar o seu potencial por inteiro (WEF, 2005).

A nível global, a pobreza faz-se sentir de uma forma mais acentuada junto das mulheres, mas em nenhuma outra zona este grupo é mais afetado do que na África subsaariana. A subjugação da mulher por sociedades patriarcais tem-na afastado de postos de grande responsabilidade e de liderança na esfera pública, no campo, por exemplo, da política e da economia (Barata & Piepoli, 2005). Para além desta exclusão sistemática, as mulheres têm um acesso mais dificultado à educação, formação e emprego (WLSA, 2004).

O governo moçambicano tem vindo a tomar consciência de que, para mudar esta situação, é necessário trabalhar para a igualdade de género e pôr em prática mecanismos que conduzam ao seu *empowerment*. Nas últimas três décadas essa conscientização tem vindo a crescer. No entanto, as tradições moçambicanas, como abordaremos neste trabalho, representam uma grande barreira para a mudança da forma de pensar e de atuar da população, especialmente nas zonas rurais, onde as tradições têm mais força. Contudo, os papéis sociais tradicionais têm vindo a sofrer uma evolução gradual. A identidade feminina expandiu-se para além da maternidade e há um claro movimento pela incorporação da mulher no mundo do trabalho (Faria, 2009). Na política, o envolvimento das mulheres também tem sido feito de forma gradual, mas não sem a ajuda de cotas.

Graça Machel é uma figura de destaque dentro e fora de Moçambique pelo seu percurso na área dos direitos humanos em prol das crianças e das mulheres. Ela própria é um caso de sucesso do *empowerment*. Desde pequena que teve a sorte de a família fazer questão que ela recebesse uma educação. Depois de ganhar uma bolsa de estudos para uma universidade em Portugal tirou o curso de Filologia Germânica e regressou a Moçambique onde lutou pela independência do seu país, integrando, mais tarde, o primeiro governo da era pós-colonial, no qual era a única mulher. Pelo seu trabalho desenvolvido com o intuito de elevar a posição social da mulher ao mesmo nível que a do homem, entendemos ser pertinente estudar o seu percurso.

Metodologia

Na elaboração desta dissertação, recorreremos a uma metodologia que teve por base uma análise documental de livros e artigos dentro do tema do *empowerment*, da teoria de género e sobre o trabalho de Graça Machel. Analisámos, igualmente, partes da Constituição moçambicana de modo a entender o que tem sido feito nesta área para apoiar a igualdade de género.

A divisão da dissertação começa pelo enquadramento da temática a nível histórico (Moçambique, luta pela independência e FRELIMO, Moçambique enquanto país independente) e teórico (o papel da mulher na evolução social; *empowerment*; equidade de género; sociedade e costumes). Dentro do último ponto, escolhemos incluir certas passagens do livro *Niketche, uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane, com o intuito de ilustrar alguns dos problemas que as moçambicanas enfrentam diariamente, articulando os exemplos literários com os dados recolhidos na pesquisa realizada.

O livro confronta a sociedade tradicional com a contemporânea moçambicana, oferecendo-nos o ponto de vista de cinco mulheres de zonas distintas do país. Entendemos que a produção literária de Chiziane nos permitirá aceder a uma realidade com a qual não poderíamos contactar através da lei ou de outros documentos científicos, por falta de proximidade com a realidade doméstica de muitas moçambicanas.

Seguidamente, abordaremos o contributo da mulher na Economia moçambicana, feito maioritariamente através da economia informal. Finalmente, far-se-á uma análise do trabalho de Machel na promoção do *empowerment* da mulher, desde os anos em que esteve à frente do Ministério da Educação e da Cultura do Governo de Moçambique – entre 1975 e 1985 – e o que tem feito após esse período, através da fundação que criou em 1994 (FDC).

Com o objetivo de poder aprofundar o tema em análise, decidimos focar o nosso trabalho principalmente nas áreas de educação, participação económica e acesso das mulheres a cargos de liderança.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Equidade de género

A Revolução francesa contribuiu para despertar as consciências sobre os problemas da condição feminina. A esse tempo remontam os primeiros textos que hoje são considerados de índole feminista. Em 1791, Olympe de Gouges redigiu a declaração dos direitos da mulher e da cidadã, através de uma analogia à própria declaração dos direitos do Homem, reclamando, porém, direitos iguais para homens e mulheres (Larousse, 1990).

No final do século XIX, o movimento sufragista surgiu em Inglaterra pela igualdade de acesso ao ensino, trabalho e direito de voto. Com a I Guerra Mundial, as mulheres foram obrigadas a desempenhar trabalhos que tradicionalmente eram atribuídos a elementos do sexo masculino. Porém, com o fim da guerra, os homens regressaram a casa e com eles a ideologia patriarcal que, uma vez mais, as remete para a esfera privada (Vivas, 2005). Contudo, muitas mulheres já não estavam dispostas a resignar-se ao papel de donas de casa.

Enquanto na Europa o movimento feminista ia prosseguindo a sua senda, já em África, maioritariamente colonizada pelas potências europeias, a situação era muito diferente. Nomeadamente, Moçambique enquanto colónia sob o domínio português, não beneficiou das mesmas mudanças. Pelo contrário:

«(...) a partir de finais do século XIX, os homens começaram a participar quase que exclusivamente no trabalho assalariado das plantações e na produção das culturas de rendimento que foram sendo introduzidas. Para as mulheres ficaram as atividades agrícolas de produtos para a alimentação – mapira, milho, feijão. A divisão do trabalho começou então a ser mais acentuada.» (Casimiro, 2008)

A questão da igualdade de género ganhou alguma importância em Moçambique apenas desde 1964, altura do início da guerra colonial no país, graças à FRELIMO (Raimundo, 2009). Após a guerra, foi formado governo e criou-se o Ministério da Mulher e da Ação Social, devido à necessidade de mudar o cenário de desigualdade de género no país. A partir da década de 70, começou a associar-se a igualdade de género a indicadores económicos e ao desenvolvimento, o que trouxe mais sucesso à luta pelos direitos da mulher (Barata & Piepoli, 2005). Esta luta por intermédio de ONGs iniciou-se em finais dos anos 80 quando surgiram várias associações voluntárias nesse sentido (WLSA, 2004). No entanto, havia ainda um longo caminho a percorrer para se conseguir atingir a igualdade de acesso à educação, saúde, justiça, recursos e oportunidades.

Esta luta pelo *empowerment* da mulher não significa a sua superioridade em relação ao homem. O que se preconiza, pelo contrário, é que ambos devem ser vistos e tratados como iguais:

«A igualdade de género significa uma visibilidade igual, o *empowerment* e a participação de ambos os sexos em todas as esferas da vida privada e da vida pública (...). A igualdade de género não é sinónimo de semelhança; ela não consiste em considerar os homens, o seu estilo de vida e as suas condições como a norma (...). A igualdade de género significa aceitar e valorizar também as diferenças entre as mulheres e os homens e os diferentes papéis que eles desempenham na sociedade.» (Labrecque, 2010)¹

2. *Empowerment*

O conceito de *empowerment* surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 70 e tem como objetivos a perceção das capacidades e aumento de poder de grupos de indivíduos desfavorecidos e minorias, incidindo em áreas como o desenvolvimento

¹ Versão em língua portuguesa consultada no site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000300015&script=sci_arttext, em 23 de novembro de 2011.

sustentável e a promoção de direitos e cidadania. Segundo Pinto (1998), na publicação “*Empowerment: Uma prática de Serviço Social*”, citado por Fazenda, o *empowerment* consiste num:

«Processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades (...) que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania.» (Fazenda, 2003)

Podemos dizer que o *empowerment* está vinculado ao princípio de equidade de género. A diferença entre os dois reside no facto de o *empowerment* ser algo que, embora podendo ser incentivado pelo contexto externo, tem de partir do indivíduo em questão, ao passo que a equidade de género se refere à igualdade de direitos entre elementos do sexo masculino e feminino na sociedade.

O *empowerment* contraria as estruturas sociais que contribuem para a submissão da mulher e pode ser uma forma eficaz de combate à pobreza e de mudança nas relações de poder. Segundo o Fórum Económico Mundial (WEF, 2005), o *empowerment* da mulher conta com cinco dimensões importantes:

1. Participação económica

A relevância da sua participação no mercado de trabalho justifica-se pelo facto de contribuir para a diminuição dos níveis de pobreza das mulheres, como forma de aumentar a renda familiar, estimulando o desenvolvimento económico.

2. Oportunidade económica

“Diz respeito à qualidade do envolvimento económico das mulheres e extrapola a mera presença feminina na sua condição de trabalhadora” (WEF, 2005). Este ponto aplica-se nos casos em que as mulheres facilmente encontram trabalhos que requerem baixas qualificações mas nos quais elas não têm perspectivas de crescimento e que oferecem salários reduzidos. Estes casos resultam de procedimentos negativos de sistemas sociais e legais que prejudicam

economicamente as mulheres devido à maternidade e desencorajam os homens a partilhar as responsabilidades familiares.

3. Empoderamento político

Refere-se à paridade na representação de homens e mulheres nos órgãos de tomada de decisão formais e informais, de forma a incluir uma representação justa dos cidadãos e de dar voz à mulher.

4. Avanço educacional

É considerado fundamental para o *empowerment* da mulher, pois sem uma educação de qualidade as mulheres não têm acesso a bons empregos. Além disso, aumenta o risco para a sociedade como um todo de a próxima geração de crianças ser, igualmente, mal preparada.

5. Saúde e bem-estar

Refere-se à diferença de acesso entre homens e mulheres à saúde, a uma nutrição adequada, facilidades reprodutivas, e a questões de segurança indispensáveis à integridade pessoal.

3. Liderança

Kergoat² afirma que a divisão de género do trabalho assenta no pressuposto social de que os homens se inserem na esfera produtiva, e as mulheres na reprodutiva. Ao mesmo tempo, aquela divisão é caracterizada pela atribuição aos homens de funções com forte valor social agregado (político, religioso, militar, etc.) e é regida por dois princípios (ATTAC, 2003):

² Kergoat, D. (2001). Le rapport social du sexe, de la production à la subversion. Actuel Marx, p.89, citada na publicação *Mujeres contra la explotación – la resistencia feminina en un mundo globalizado* (2007).

- 1. Princípio de separação** – há trabalhos para homens e trabalhos para mulheres.
- 2. Princípio hierárquico** – um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher (idem).

Perante a especificidade de ambos os géneros, coloca-se a questão: há realmente uma diferença entre ambos que justifique as distinções que se estabeleceram e que levam à atribuição social de mulheres e homens, respetivamente à esfera privada e à esfera pública?

Embora, por natureza, as mulheres tenham menos força física que os homens, a verdade é que isso não é impedimento para elas realizarem tarefas mais árduas. Milhares de mulheres transportam diariamente quilos de lenha e água durante quilómetros. Em relação a esta questão, Kergoat salienta que, de uma perspetiva antropológica, se verifica que a hierarquização de género é uma consequência das construções sociais e não da força física ou suposta fragilidade dos indivíduos.

Um estudo conduzido em 2005 concluiu que as mulheres são líderes mais assertivos e persuasivos do que os homens, sentem uma maior necessidade de terminar o trabalho em mãos e têm menos medo de correr riscos. Para além disso, são empáticas, flexíveis e têm uma maior inteligência emocional³, o que lhes confere uma vantagem em relação aos homens, no que respeita a sua capacidade de persuasão e motivação. Elas preferem ainda resolver problemas e tomar decisões em equipa, aprendem com os erros e não desistem facilmente (CALIPER, 2005). No entanto, de acordo com um estudo publicado na Revista portuguesa e brasileira de gestão, não há mais que uma ligeira diferença entre os resultados do grau de eficácia da liderança masculina e feminina (Miguel, 2009). Na verdade, a classificação feminina (3,479) foi superior à masculina (3,333), pelo que ambos demonstram capacidades para liderar e para serem igualmente bem-sucedidos. Em relação aos níveis de satisfação e capacidade para motivar os

³ «Os indivíduos emocionalmente inteligentes são os que usam a razão para compreender as emoções (as próprias e as dos outros) e lidar com elas, e que recorrem às emoções para interpretar a envolvente e tomar decisões mais racionais.» (Rego, A. & Cunha, M. (s.d.). Liderança emocional eletrizante in: <http://www.amba.pt/conteudos/documentos/LiderancaEmocionalElectrizante.doc>)

colaboradores (média de 3,451 para mulher e 3,389 para homem), a diferença não é muito acentuada, no entanto, a mulher obtém, mais uma vez, uma classificação superior.

Dentro dos estilos de liderança, há um que tem sido considerado mais eficaz por vários autores. A liderança transformacional⁴ é um conceito utilizado pela primeira vez em 1978 e cujos líderes de destacam pelo carisma, inspiração/motivação, respeito pelos subordinados e estimulação intelectual dos mesmos (Barreto, 2009). Como conclusão de vários estudos realizados na área dos estilos de liderança de homens e mulheres, Nolen-Hoeksema afirma que “em todas as áreas, as mulheres têm significativamente mais probabilidade de liderarem num estilo transformacional” (Nolen-Hoeksema, 2010). Isto deve-se ao facto de as características associadas a este tipo de liderança serem compatíveis com forças que são características nas mulheres (idem). Segundo Hoeksema, estas dividem-se em:

- **Forças identitárias** (fortes valores e autoconceito) – lidar com a mudança e incerteza;
- **Forças mentais** (flexibilidade, criatividade) – encontrar soluções para problemas;
- **Forças emocionais** (compreendem sentimentos próprios e dos outros);
- **Forças relacionais** (empatia, tentam pôr-se na pele dos outros, tentam chegar a soluções satisfatórias para todas as partes envolvidas, criam fortes redes sociais);

Barreto (2008) define os líderes transformacionais da seguinte forma:

«O líder transformacional esforça-se por compreender e partilhar as preocupações e necessidades dos outros de forma a tratar cada indivíduo singularmente. Reconhece e satisfaz as necessidades dos seus subordinados e também lhes proporciona um ambiente favorável que possibilite que cada um se possa desenvolver e prosperar, com o intuito de maximizar e ampliar as potencialidades de cada um, criando oportunidades e desenvolvendo culturas organizacionais de apoio a esse crescimento individual. Estes líderes conseguem transformar os seus subordinados em pessoas empenhadas, comprometidas, dispostas a irem mais

⁴ Embora o conceito tenha sido inicialmente desenvolvido por Burns (1978), o termo “liderança transformacional” foi criado por Bernard Bass (Bass, B. (1985). *Leadership and Performance*. Nova Iorque: Free Press).

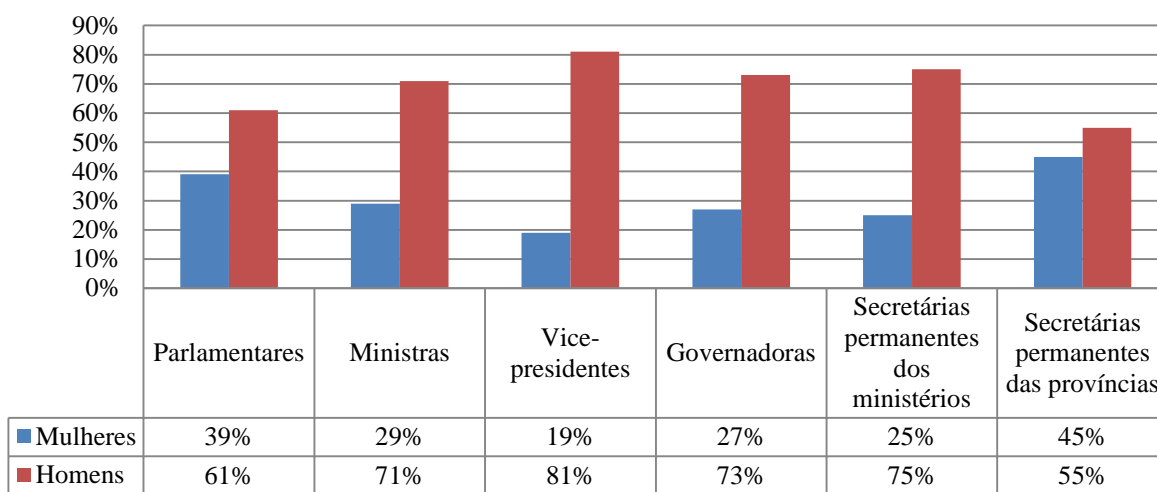
além e a adotarem comportamentos espontâneos e inovadores. Esta postura só poderá emergir se os subordinados se sentirem satisfeitos e confiarem na organização e nos seus decisores e reconheçam que a organização se preocupa com o seu bem-estar.» (Barreto, 2009)

Uma vez que, contrariamente ao paradigma tradicional e segundo estes autores, as mulheres têm características tão propícias à liderança, põe-se a questão de saber se estes “recursos” valiosos estão a ser aproveitados da melhor forma.

O governo moçambicano tem mostrado alguma preocupação em relação à desigualdade de género, tendo posto em prática políticas de desenvolvimento que promovem a integração de mulheres nos órgãos de tomada de decisão (WLSA, 2004). Neste sentido, a incorporação das mulheres na política em Moçambique tem sido feita de forma gradual, mas não sem a ajuda de cotas. Nos anos 70 e 80 foram promulgadas leis que promoviam a igualdade de género na representação de mulheres em lugares de tomada de decisão, como sendo no governo (Raimundo, 2009).

Relativamente ao número de mulheres nos órgãos de tomada de decisão e no Parlamento em Moçambique entre 2004 e 2008, embora a sua representação não chegue nunca a metade, notou-se um algum aumento. Também os dados referentes a mulheres em lugares de decisão a nível local denotam alguma evolução. O número de mulheres presidentes da Assembleia Municipal cresceu de apenas 3% em 2002 para 15% em 2007. O aumento do número de mulheres vereadoras não foi tão significativo, no entanto, tendo passado de 29,7% em 2002 para 33% em 2007 (INE, 2009).

Representatividade das mulheres no governo moçambicano em 2010



Dados retirados do Plano estratégico 2011-2015 (MMAS, 2011)

De facto, a percentagem de mulheres a ocupar cargos políticos tem crescido desde 1974, ano em que Machel era a única mulher no governo. Contudo, alguns autores questionam-se quanto ao verdadeiro significado destes números. Raimundo (2009) afirma que, por vezes, estes acabam por ser cargos de fachada destinados a cumprir cotas. Isto justifica-se por uma cultura maioritariamente patriarcal que ainda é relutante em aceitar a ideia de as mulheres ocuparem certos cargos de relevo tradicionalmente atribuídos aos homens (idem). Segundo a autora, é comum as pessoas proferirem comentários como “o marido daquela mulher não é um homem porque a pessoa que está a usar as calças em casa é a mulher. (...) O marido dela é um n’dzava⁵.” Outro comentário comum diz respeito às mulheres no parlamento e diz “elas são as flores do parlamento; estão lá para decoração” (idem).

⁵ Pau mandado.

4. Moçambique - Luta pela independência e FRELIMO

A Frente de Libertação de Moçambique foi fundada e liderada por Eduardo Mondlane até à data da sua morte em 1969, ano em que Samora Machel passou a encabeçar o movimento. Para além da clara intenção de libertação do domínio colonial português, a FRELIMO defendeu fortemente a emancipação da mulher, contrariando, assim, a tendência da sociedade tradicional moçambicana.

«Duma maneira geral, no seio da sociedade, ela [a mulher] aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono. (...) Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher?» (Machel, 1974)

Samora Machel considerava imperativo que houvesse uma mudança de mentalidade e atitude na sociedade moçambicana com rumo à igualdade entre homens e mulheres, de modo a garantir o sucesso total da revolução. De outra forma, a libertação do domínio colonial não seria completa a menos que se libertassem todos os cidadãos por igual, ainda que essa independência significasse o desprendimento de certos pensamentos enraizados na sociedade. Embora nem todos os militantes do movimento estivessem de acordo, a FRELIMO fazia questão de tratar todos por igual, independentemente do género.

«Existem pessoas no nosso seio, a Organização está consciente disso, que acham que devemos consagrar todos os nossos esforços na luta contra o colonialismo, que a tarefa da emancipação neste quadro é secundária, pois leva-nos a um desperdício das nossas forças. (...) A emancipação da mulher não é um ato de caridade (...) é uma necessidade fundamental da Revolução» (Machel, 1974)

Segundo Graça Machel, houve uma preocupação em desenvolver uma consciência política junto dos militantes do movimento, em vez de uma fomentar uma obediência “cega” (África 21, 2008). Para isto, foram desenvolvidos programas de alfabetização e cultura e as notícias eram disponibilizadas para os manter informados:

«A FRELIMO concebeu paralelamente um programa militar e um programa educacional, que até à independência, foi implementando nas zonas libertadas. Ideologicamente também o papel social da mulher é mais valorizado, sofrendo a este nível fortes influências marxistas e uma maior permeabilidade ao que no Ocidente se conquistava em termos de direitos das mulheres.» (Silva, 2006)

De acordo com Gomes⁶, citado por Vieira (2006), neste período o processo de educação tinha como objetivo, para a FRELIMO, consolidar a unidade e a identidade nacionais. A educação era também:

«Como um espaço de aquisição do saber técnico, importante para fazer avançar a guerra, que exigia conhecimentos para manejar as armas e planificar os ataques. Ela era, também, extremamente importante para desenvolver a produção nas zonas libertadas.» (Vieira, 2006)

Segundo Mazula (1995), para além de ser um meio para alfabetizar a população, a escola tinha como principais funções:

- Formação de alunos para a libertação e emancipação;
- Luta contra certas tradições e estigmas;
- Disseminação de conhecimentos científicos, ainda que básicos com o intuito de introduzir novos métodos de trabalho, com vista ao aumento da produção e à satisfação das necessidades crescentes da luta;
- Formar combatentes para as exigências da luta;
- Formar produtores, militares e dirigentes, numa permanente ligação entre o trabalho manual e intelectual;

⁶ Gomes, M. (1999). Educação Moçambicana: História de um Processo: 1962-1984. Maputo, Moçambique: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

Embora o programa que a FRELIMO tentou implementar visasse alcançar objetivos positivos, a realidade é que a igualdade de género que se almejava atingir não se concretizou como era suposto, devido principalmente à lenta evolução das mentalidades:

«No que se refere a participação ativa, tanto em termos políticos como militares, verificou-se porém que as mulheres estavam representadas nas bases mas nunca ou quase nunca atingiam os escalões de topo. Na realidade, o discurso da FRELIMO de defesa da paridade sexual não encontrou correspondência na prática (...). Existia de facto uma frágil interação entre as mulheres e o poder político na medida em que por um lado estas participaram pouco na tomada de decisões políticas (e o pouco que faziam restringia-se ao nível das bases) e por outro os próprios poderes públicos não lhes davam oportunidades de mostrarem aquilo de que elas eram capazes por considerarem que esse "território" lhes estava naturalmente vedado.» (Campos, 2003)

4.1. Moçambique enquanto país independente

Mais tarde, o 25 de Abril de 1974 veio facilitar, de certa forma, o processo de independência das colónias. No caso de Moçambique, a independência deu-se em junho de 1975. O período que se lhe seguiu foi de grande instabilidade, já que se deu início à guerra civil entre as frentes da FRELIMO e da RENAMO que só terminou em 1992. Este conflito levou a um agravamento da situação económica e social do país. Dezassete anos após a independência, em 1992, terminou a guerra civil, que resultou na destruição de muitas das escolas e causou milhares de mortos, mutilados, deslocados e refugiados.

Desde essa época, o país tem lutado para combater a destruição deixada pelo conflito. Segundo o World Bank (2007), Moçambique tem vindo a melhorar a sua situação económica, sendo que na última década a sua economia cresceu mais de 8% ao ano, transformando-se numa das economias africanas de mais sucesso. Entre 1997 e

2003, três milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta, sobretudo nas áreas rurais. Também a taxa bruta de inscrição no ensino primário subiu, passando de 43% entre 1990 e 1992 a 71% entre 2005 e 2006 (idem). O país conta atualmente com uma população de cerca de 20 milhões de habitantes, dos quais 48,1% são homens e os restantes 51,9% mulheres (INE, 2009).

4.2 Sociedade e costumes

Moçambique é um país com uma grande diversidade cultural, a começar pelas línguas faladas pela população nas várias regiões do país. Cerca de vinte línguas são faladas a nível nacional para além do português, que apenas para alguns é falado como segunda língua hoje em dia, destacando-se nas línguas autóctones o Ronga e o Macua. Contudo não é só a diversidade linguística que se notabiliza como um fator identificador da dissemelhança cultural dentro do país. Em Moçambique coexistem pessoas com diferentes crenças religiosas, destacando-se o islamismo e o cristianismo. A religião tem tido um papel importante no estabelecimento das principais conceções sociais, tal como diz Meneses:

«A penetração do Islão e, posteriormente do Cristianismo, trouxe consigo outras conceções sobre os papéis de género; assim, uma visão moralista e controladora foi sendo introduzida, fornecendo elementos que justificavam a superioridade masculina.» (Meneses, 2008)

Aquando da sua chegada a África, os portugueses encontraram povos com uma cultura de tradição oral e fortemente influenciados por crenças muito próprias. Tal como outros colonizadores europeus, os portugueses tentaram impor a sua cultura aos locais. Isto deu origem, mais tarde, a um processo de descolonização por parte dos autóctones, de modo a reaver a sua cultura. A escrita, inicialmente ensinada pelos europeus, foi utilizada como uma arma pelos africanos que passaram a redigir textos comprometidos, muitas vezes criticando assuntos como o racismo e o colonialismo. Seguindo esta linha,

Paulina Chiziane escreve de uma forma politicamente comprometida sobre a sociedade moçambicana, focando-se na desigualdade de género. O livro *Niketche: uma história de poligamia* põe em evidência as diferenças culturais em relação à mulher dentro de Moçambique, através do olhar de cinco mulheres numa relação polígama com o mesmo homem que ao longo da narrativa contrapõem a realidade feminina com a masculina. As cinco pertencem a etnias e regiões distintas de Moçambique, pelo que apresentam concepções diferentes daquilo que é a vida em família e sociedade. Embora romanceado, *Niketche*, tal como todos os livros de Chiziane, é baseado na realidade presenciada pela autora e vivenciada por muitas das mulheres com quem tem tido contacto⁷.

A Constituição da República de 2004 estabelece nos artigos 35 e 36 a igualdade de género perante a lei⁸. No entanto, na prática a situação é um pouco diferente. A realidade é que na sociedade moçambicana existe discriminação de género a começar pela esfera doméstica e passando para outras áreas como a educação.

A sociedade tradicional moçambicana é regida, a Norte, pelo matriarcado e, a Sul, pelo patriarcado. No patriarcado, atribui-se o poder ao homem tanto em família, como na sociedade. Segundo Narvaz e Koller (2006) este baseia-se no princípio de subordinação hierárquica das mulheres em relação aos homens e dos jovens em relação aos homens mais velhos.

“A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas” (Narvaz & Koller, 2006)⁹.

Há todo um ritual a ser cumprido pelas mulheres do Sul para servir o seu marido:

⁷ Para além de ser escritora, Paulina Chiziane trabalha também num programa da ONU para a promoção da mulher na Zambézia (província moçambicana).

⁸ «Artigo 36 - Princípio da igualdade do género - O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.»

⁹ Versão traduzida para língua portuguesa retirada do artigo de Narvaz & Koller (2006, Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. Retirado a 9 de outubro de 2011, de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>) e citada de Millet, K. (1970, Sexual politics. New York: Doubleday & Company) e Scott, J. (1995, Género: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20, 71-99).

«Devem servir o vosso marido de joelhos, como a lei manda. Nunca servi-lo na panela, mas sempre em pratos. Ele não pode tocar na loiça nem entrar na cozinha. Quando servirem galinha, não se esqueçam das regras. Aos homens se servem os melhores nacos, as coxas, o peito, a moela. (...) O seu prato deve ser o mais cheio e o mais completo, para ganhar mais forças e produzir filhos de boa saúde, pois sem ele a família não existe.» (Chiziane, 2004)

Também nas cerimónias de celebração de nascimentos existe uma clara distinção entre rapazes e raparigas. O nascimento das raparigas é comunicado com 3 salvas de tambores, celebrado com uma galinha e a cerimónia é praticada ao ar livre. O dos rapazes, por outro lado, é anunciado com 5 salvas de tambores, mata-se uma vaca ou cabra e a cerimónia tem lugar dentro de casa ou sob a árvore dos antepassados. (Chiziane, 2004)

No Norte (grupo étnico Macua) e Centro (Tete, Zambézia, Sofala e Manica) do país o matriarcado, por sua vez, confere mais direitos e liberdade à mulher. «O matriarcado determina que os casais coabitem no terreno herdado pela mulher, e que as crianças mantenham o nome do clã materno» (Teixeira, s.d.)¹⁰. No matriarcado não há o costume do lobolo e a poligamia é aconselhada de forma a aumentar o número de mão de obra para trabalhar no campo, de forma a recorrer à família, em vez de se recorrer a pessoas de fora. Chiziane faz menção à forma como se vê a mulher nas comunidades matriarcais:

«Trata a mulher como a tua própria mãe, quer seja a esposa, a concubina, até mesmo a mulher de programa. O homem deve agradecer a Deus toda a cor e luz que a mulher dá, porque sem ela a vida não existiria. Um homem de verdade não bate na sua mãe, na sua deusa, na sua criadora.» (Chiziane, 2004)

¹⁰ Versão traduzida para língua portuguesa, retirada do artigo de Teixeira (Teixeira, A. (s.d.). A construção sociocultural de 'género' e 'raça' em Moçambique: continuidade e rutura nos períodos colonial e pós-colonial. Retirado de:

http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/422/420), citada de Pitcher, M. (1996, Conflict and Cooperation: Gendered Roles and Responsibilities within Cotton Households in Northern Mozambique. African Studies Review 19 (3), pp. 81.)

A autora contrapõe esta visão com a realidade do patriarcado, visivelmente oposta: “No sul, o homem diz: a mulher é meu gado, minha fortuna. Deve ser pastada e conduzida com vara curta.” (Chiziane, 2004). De facto, as mulheres das zonas norte e centro de Moçambique têm mais liberdade e são educadas a serem mais independentes. Ao contrário do patriarcado, o homem pode juntar-se à família da mulher, porém, segundo um estudo feito pela FAO, os costumes matriarcais estão a perder alguma força:

«O controlo dos recursos também está realmente nas mãos dos homens mas a herança de propriedade ocorre de mãe para filha. Aliado a um padrão de residência no qual as mulheres continuam predominantemente a viver com as suas famílias, isto deu às mulheres mais influência sobre o acesso à propriedade e terra da linhagem. Todavia, em décadas recentes, as normas patrilineares começaram a substituir a prática consuetudinária em sociedades matrilineares em grande escala e as mulheres perderam bastante poder para os seus irmãos, filhos e tios, que nos últimos tempos têm sido realmente identificados como o chefe da família e o proprietário da terra. Para além disso, (...) a maioria das famílias parece agora escolher o local da sua residência de acordo com padrões patrilocal ou neolocal (...). Isto aliena as mulheres dos seus familiares e diminui o controlo que tradicionalmente teriam sobre os bens na terra das suas famílias e outra propriedade.» (FAO, 2009)

4.2.1 Casamentos Prematuros e Forçados

É especialmente nas zonas rurais do país que se faz sentir mais esta desigualdade de género e onde as tradições são mais respeitadas. Em todo o país há vários ritos de passagem, tanto para rapazes, como raparigas, que marcam o início da sua vida adulta, precedendo, normalmente o casamento. Embora as cerimónias variem cultural e geograficamente, tradicionalmente as raparigas recebem ensinamentos sobre como se comportar enquanto mulheres casadas (submissão aos homens em geral e ao marido em particular, comedimento na manifestação de vontades ou desejos, como cuidar da casa, dos filhos e do marido). Aquando da primeira menstruação, por volta dos 10 anos de idade, cumprem-se, em certas comunidades, rituais de preparação do corpo que

compreendem práticas como tatuagens ou o alargamento dos pequenos lábios vaginais (Casimiro, 2008).

«Vocês do Sul têm mais sorte (...) nas nossas aldeias as raparigas casam-se aos doze anos, mal terminam os ritos de iniciação. Desistem da escola na terceira classe e têm o primeiro filho antes dos quinze anos» (Chiziane, 2004)

No caso dos rapazes, as cerimónias incluem a circuncisão em criança, nas comunidades muçulmanas, o ensino de atividades como a pesca e a caça e a construção de casas e, em linha com aos ensinamentos transmitidos às raparigas, é-lhes passado o sentimento atávico de superioridade do homem em relação à mulher (Casimiro, 2008). Como falaremos mais à frente, estas tradições entram muitas vezes em conflito – mais no caso das raparigas – com o percurso escolar dos jovens, afetando, assim, a o seguimento da sua vida adulta.

Em relação aos matrimónios contraídos, o que a lei diz e o caminho que a sociedade toma nem sempre correspondem. Os casamentos arranjados entre nubentes menores de idade¹¹ mantêm-se uma realidade nas zonas rurais, o que muitas vezes catapulta a saída das raparigas da escola, como iremos abordar mais à frente (FIDH, 2007). Palha recrimina fortemente o facto de a cultura ser utilizada para justificar este tipo de ações que dão o controlo aos homens sobre as mulheres:

«(...) Fazer uso da cultura para fins que desemboquem em repressão torna-se ato criminoso, que traz à tona o velho problema das hierarquias que seguem sendo conservadas. Cultura como meio de controlo e ferramenta injusta de poder, nada mais é neste contexto do que falho argumento para se negar direitos humanos as mulheres. Se o controle da cultura está na mão dos homens, ela é usada para justificar a opressão imposta as mulheres.» (Palha, s.d)

¹¹ O Artigo 30 da Lei de Família proíbe o casamento antes dos 18 anos de idade

4.2.2 A Lei da Família

A nova lei da família, em vigor a partir de 2004, contrasta com a anterior na medida em que a atual se destaca pela igualdade de género, enquanto que a sua versão mais antiga se baseava numa linha patriarcal. Esta atualização defende, então, a igualdade de género e condena a discriminação da mulher (poligamia, herança, idade para casar, estatuto da viúva, etc.). A autoridade paternal cede lugar à parental e, em caso de divórcio, os maridos são obrigados a pagar uma pensão aos filhos. Ainda em relação a estes, à luz da lei, todas as crianças nascidas, independente se dentro ou fora do casamento, passam a ter igualdade jurídica. No que concerne especificamente ao matrimónio, a constituição obriga agora ao registo do casamento (tradicional ou religioso), o que facilita o acesso da mulher à justiça, no entanto, a lei só permite que, após um divórcio, as mulheres voltem a casar daí a três anos. (FIDH, 2007)

Uma das práticas tradicionais moçambicanas são as chamadas cerimónias de purificação de viúvas (*Kupita Fufa* ou *Kutchinga*) que, após um ritual de preparação, são obrigadas a ter relações sexuais com um dos cunhados, irmãos do marido, à sua escolha (Chiziane, 2004). Não obstante a barbaridade desta tradição, esta não é mencionada na lei (Blanco & Domingos, 2008). Em *Niketche* (2004) esta prática é vivenciada pela personagem principal que reage à possibilidade de recusa da cerimónia da seguinte forma: “Chegou a hora do *kutchinga* (...). Se eu recuso este ato me tiram tudo, até os filhos, e fico de mãos vazias. Nada neste mundo é meu e nem eu mesma me pertenceo.” (Chiziane, 2004)

Muitas famílias ao casarem as suas filhas oferecem um lobolo¹² à família do noivo, de modo a elas fazerem parte desta. Quando o marido morre, a herança por ele deixada é passada à sua família direta, para evitar que, no caso de a mulher voltar a casar, os bens saiam da família. Deste modo, atribui-se o direito de herança aos filhos varões, em primeiro lugar, seguidamente aos ascendentes masculinos (pai ou tios) e irmãos e, por sua vez, os descendentes destes. “Apenas se nenhuma destas categorias existir, ou se

¹² Equivalente ao dote.

todos se recusarem a aceitar a herança, é que a viúva tem o direito de herdar. Os direitos das filhas surgem apenas depois dos direitos da viúva.” (FAO, 2009).

Chiziane (2004) retrata a importância do lobolo na sociedade tradicional:

«Filhos nascidos de um casamento sem lobolo não têm pátria. Não podem herdar a terra do pai, muito menos da mãe. Filhos ficam com o apelido materno. Há homens que lobolaram as suas esposas depois de mortas, só para lhes poderem dar um funeral condigno. Há homens que lobolaram os filhos e os netos já crescidos, só para lhes poder deixar herança.» (Chiziane, 2004)

No entanto, a lei da família afirma que cada um dos cônjuges tem a faculdade de dispor, para depois da morte, dos bens próprios e da sua meação nos bens comuns, sem prejuízo das restrições impostas por lei em favor dos herdeiros legitimários (Boletim da República, 2004).

5. As mulheres na Economia e no mundo de trabalho

Como foi referido antes, as mulheres têm sido socialmente remetidas para o desempenho de papéis considerados de menor relevo como cozinhar, cuidar dos filhos e da casa e cultivar e é comum ser-lhes atribuído um rótulo de reprodutoras. Estas tarefas atribuídas às mulheres como algo natural não eram sequer contabilizadas nas contas do Estado (Frias, 2006).

A presença dos europeus veio agravar ainda mais a distinção de género no trabalho. Os homens procuravam emprego no setor formal e o seu trabalho era associado a produtividade. Por outro lado, as mulheres exerciam atividades domésticas não reconhecidas nem remuneradas, sem prestígio e uma vez mais como uma herança que lhes coube por nascimento (Barata & Piepoli, 2005).

«As mulheres, uma vez que são elas quem tradicionalmente tem a responsabilidade direta de cuidar das crianças, dos próprios homens, dos doentes e dos mais velhos, acabam por ser elas as mais afetadas pelo desemprego masculino, pelas catástrofes, crises ou mudanças político-económicas que nos seus países ou regiões possam existir, pois são sempre elas que têm a responsabilidade de prover à emergência familiar, obrigando-se a esforços excecionais na resolução da sobrevivência sobretudo dos seus filhos.» (Barata & Piepoli, 2005)¹³

Metade da força de trabalho em Moçambique é composta por mulheres, das quais dois terços trabalham no setor informal, especialmente em mercados e no comércio ambulante, o que significa que as mulheres trabalham em locais de pouca segurança. A desigualdade de género no mundo de trabalho em Moçambique reflete-se maioritariamente em dois pontos:

- Diferença de remuneração de homens e mulheres mediante trabalho semelhante;
- Distinção entre trabalhos tipicamente femininos e masculinos, segundo estereótipos;

Como em muitas outras partes do Mundo, as moçambicanas recebem, por norma, salários mais baixos do que os homens pelo seu trabalho. No entanto, Baden salienta a existência de dados contraditórios neste campo (Baden, 1997). Segundo ela, em determinados setores constata-se a atribuição de salários médios superiores aos dos homens que praticam atividades semelhantes no setor formal. Embora a lei estabeleça igualdade de pagamento para trabalhos equivalentes, é comum a sua desobediência, com a benesse de que a constituição não prevê uma sanção nestes casos (FIDH, 2007).

Frias, por outro lado, entende que o trabalho destas mulheres não tem passado despercebido e que se nota na esfera doméstica, nas comunidades onde residem e ainda a nível nacional, tornando-se um verdadeiro “recurso económico” (Frias, 2006):

¹³ Referência feita em Barata & Piepoli. 2005. *África: Género, Educação e Poder*, pp 135, à publicação “*The Rural-Urban Interface in Africa*”, de Baker, J. & Pedersen, P.O. (1992).

«Pelo seu trabalho começaram a introduzir alterações no âmbito da economia familiar, depois alargaram a sua ação e passaram de certa forma a agir ao nível da economia local assegurando algum pequeno comércio ao nível da comunidade, e com o passar dos anos acabaram, ainda que de uma forma imprevisível, por intervir numa esfera de ação bastante mais vasta, revelando hoje o seu trabalho ter um impacto importante mesmo ao nível da própria economia nacional.» (Frias, 2006)

4.1. A economia informal

O conceito passou a ser internacionalmente conhecido, graças ao *Rapport Kenya*, realizado pela OIT em 1972. Não parece haver um consenso no que toca à definição do conceito de economia informal, no entanto, o estudo definia-a como o «conjunto de atividades que podiam ser identificadas com base em sete características:

1. Propriedade familiar dos recursos;
2. Pequena escala de operação;
3. Tecnologia de trabalho intensivo;
4. Conhecimentos adquiridos fora do sistema escolas;
5. Mercados não regulamentados e competitivos;
6. Utilização de recursos locais;
7. Facilidade de entrada e saída nas atividades;» (Lopes, 2011)¹⁴

Os trabalhadores do setor informal seguem este caminho, normalmente, por falta de opção. Tratam-se, por norma, de indivíduos desempregados e com poucas qualificações que aproveitam o setor informal como forma de gerar rendimentos

¹⁴ Citação feita em Lopes (2011, Candongueiros e Kupapatas - Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola. Principia), retirada do *Rapport Kenya* (1972), elaborado pela OIT.

suficientes para sustentarem as suas famílias. Este setor sofreu um grande crescimento a partir de meados dos anos 80, sendo que em 1994 subiu 10,7 pontos percentuais e em 1999/2000 a economia informal representava 40,3% do PIB em Moçambique (Feliciano, 2008). Estima-se que em 2006, o setor informal empregava 75% da população (idem).

As atividades do setor estão divididas, grosso modo, por regiões, sendo que nas zonas rurais a atividade praticada informalmente é a agricultura, enquanto que nas zonas urbanas há, naturalmente, uma maior diversidade de atividades como o comércio, o turismo, a indústria e a prestação de serviços (idem).

Há muito que as mulheres em África trocam e vendem os produtos agrícolas que cultivam ou recolhem por outros que lhes fazem falta (Frias, 2006). Durante décadas, os economistas tenderam a desvalorizar a importância das atividades económicas informais. No entanto, as mulheres desempenham um papel fundamental para a sobrevivência de muitos agregados familiares nas zonas urbanas, posto que é no comércio informal que reside o seu principal meio de subsistência (FDC, 2009a). Estas mulheres possuem níveis de educação mais baixos, quando comparadas, com os homens. Assim, uma das suas estratégias de sobrevivência é trabalhar no setor informal, concretamente no setor do comércio informal (FDC, 2009a). O setor informal é um movimento reflexo do setor formal ou moderno: cresce nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado no setor formal (Vieira, 2006).

Embora o comércio informal proporcione uma fonte de rendimento a inúmeras mulheres, estas enfrentam as mesmas barreiras de entrada no setor informal que no formal, visto que têm baixos níveis de educação e acesso limitado ao capital. Desta forma, estas mulheres tendem a condensar-se em atividades de baixo risco, mas também de baixo lucro como é o caso da costura, cabeleireiro e cozinha (INE, 2009). Para além destes serviços, nas zonas rurais, as mulheres vendem também produtos agrícolas, o que nem sempre garante lucros, devido à falta de investimento nas culturas que resulta em poucas colheitas. Em Moçambique, os comerciantes informais já requerem licença para a prática da sua atividade de negócio e pagam impostos pela mesma. Apesar disso, a sociedade vê com maus olhos este tipo de comércio, entendendo-o como uma prática ilegal (Francisco e Paulo, 2006). Para além disso, para as mulheres o estigma é ainda

pior, pois é crença generalizada que as comerciantes subornam a polícia com favores sexuais. No entanto, a sua participação nos mercados rurais é crescente.

Frias (2006) sublinha a importância da participação das mulheres no setor informal:

«O seu [mulher] envolvimento no setor informal tem-lhe consentido uma relativa emancipação pessoal e, desse modo, a relação com a casa, com os maridos, com a família mais alargada, e mesmo com o trabalho, tem vindo nitidamente a alterar-se.» (Frias, 2006)

Num estudo realizado sobre este tema, Francisco e Paulo (2006) abordam os argumentos a favor e contra a informalidade, conforme está representado abaixo:

| Dilemas e Paradoxos da Informalidade | |
|--|--|
| Porque deve ser consentida | Porque deve ser combatida |
| <ul style="list-style-type: none">• Assegura emprego;• É uma fonte de iniciativa criadora com elevado potencial de criação de riqueza;• Emerge como reação inevitável à carga fiscal não distribuída equitativamente pela população economicamente ativa;• Proporciona preços baixos e alternativas comerciais competitivas;• Insere os pobres no consumo e melhora o seu poder de compra. | <ul style="list-style-type: none">• Prática de concorrência desleal;• É uma mina de sonegação;• Estimula o roubo;• Financia o crime organizado;• Não facilita o investimento em tecnologias modernas;• Penaliza quem opta pela legalidade;• Reduz a capacidade produtiva nacional. |

Quadro retirado de: Francisco & Paulo, 2006

No que diz respeito ao *empowerment* da mulher, é importante que o setor informal subsista, visto que para muitas moçambicanas é a única forma de ganhar dinheiro, o que as liberta da dependência dos maridos, para além de poderem contribuir economicamente para a subsistência da sua família.

Apesar dos argumentos contra, entendemos que não é possível o setor informal deixar de existir enquanto os níveis de pobreza não baixarem, os níveis de educação da população não subirem e enquanto se perpetuar a discriminação e desigualdade de género. Justificamos esta premissa pelos entraves ao setor formal, de que falámos anteriormente. É necessário investir na educação da população moçambicana, juntamente com ações coordenadas de sensibilização junto de crianças e jovens, de modo a ajudá-los a formar conceções sociais baseadas na igualdade de género. Dentro da área da educação, é importante motivar os indivíduos para o empreendedorismo para que os mesmos se possam sustentar e criar empregos no país, contribuindo para o estímulo da economia nacional.

Depois de analisados os pontos anteriores, é oportuno introduzir a figura de Graça Machel e o seu papel na igualdade de género e *empowerment* das moçambicanas.

II. Graça Machel

Graça Simbine Machel nasceu em Moçambique, na província de Gaza, em 1945. Estudou Filologia Germânica em Portugal e quando terminou regressou a Moçambique onde ingressou, em 1969, na FRELIMO (África 21, 2008). Após a guerra colonial, foi formado governo, no qual Machel foi Ministra da Educação e da Cultura, com a particularidade de ser a única mulher a integrá-lo.

Criou a sua própria fundação (FDC) em 1994 e faz, ainda, parte de outras ONGs internacionais como The Elders, o Fórum para a Liderança Africana (African Leadership Forum), o Grupo Internacional de Crise (International Crisis Group), entre outras (FDC). A ONU pediu-lhe que coordenasse um estudo sobre o impacto dos conflitos armados junto das crianças, devido ao trabalho levado a cabo em Moçambique. O estudo foi publicado em 1996 e ficou conhecido como o “relatório Machel” (África 21, 2008).

O seu trabalho tem sido reconhecido pela atribuição de vários prémios, como o de Laureada Africana para Liderança para o Fim Sustentado da Fome, do Hunger Project, a Medalha Nansen (Nações Unidas) pelos seus serviços em prol da causa das crianças refugiadas, o Prémio Africare para Distinção em Serviços Humanitários e o prestigiado *Prémio Norte-Sul* do Conselho da Europa. Foi igualmente distinguida com Doutoramentos Honoris Causa pelas Universidades de Glasgow, Essex, Cidade do Cabo (onde também foi Reitora), Évora e Barcelona. Em 2007, tornou-se Comendadora Honorária da Ordem do Império Britânico, recebendo o título de “Dame”. Mais recentemente, em 2011, recebeu o prémio África Umoja 2011 (FDC) Liderança e ativismo sobre direitos e bem-estar da criança, da mulher e proteção do meio ambiente.

1. Educação

1.1. Educação e gênero

A educação é um dos principais impulsionadores do desenvolvimento de um país e da transformação social. É também uma ferramenta importante na medida em que fomenta o pensamento independente dos indivíduos e o progresso individual e social. Mário e Nandja (2005) referem que:

“Combinada com boas políticas macroeconómicas, a educação é considerada um fator-chave na promoção do bem-estar social e na redução da pobreza, pois pode afetar positivamente a produtividade nacional e, por via disso, determinar padrões de vida e a habilidade das nações competirem na economia global.” (Mário e Nandja, 2005)

No que concerne mais especificamente à educação de indivíduos do sexo feminino em países em desenvolvimento, o ex-secretário geral das Nações Unidas Kofi Anan defende a importância do investimento na educação das raparigas:

«A experiência demonstrou repetidamente que os investimentos na educação das raparigas se traduzem direta e rapidamente numa melhor alimentação e em melhores cuidados de saúde para a família inteira, numa descida da fecundidade, na redução da pobreza e num melhor desempenho da economia no seu conjunto.» (Barata & Piepoli, 2005)

A alfabetização pode ser uma ponte para a educação formal e formação profissional para as mulheres que foram excluídas da escola enquanto crianças, oferecendo-lhes competências práticas, confiança e até mesmo qualificações acreditadas. A ida à escola pode resultar também num aumento de autoestima e assertividade que se refletirá sob forma de uma maior autonomia tanto no seio familiar, como na vida em sociedade (Robinson-Pant, 2005).

Como em muitos outros setores em Moçambique, a Educação tem tido tendência a favorecer o sexo masculino, em detrimento do feminino e, para além disso, têm sido vários os motivos que impulsionaram a desistência da escola, especialmente junto da população feminina:

1. Pressão para realização de trabalho doméstico/produtivo;
2. Migração ligada à Guerra;
3. Degradação da cultura escolar em período de guerra;
4. Casamentos e gravidezes precoces, maioritariamente nas zonas rurais (raparigas);
5. Lento desenvolvimento educacional devido a uma má qualidade da educação;
6. Relevância limitada na idade adulta; (Robinson-Pant, 2005)

Para além destes motivos, o acesso à escola está condicionado à acessibilidade. Isto é, a taxa de analfabetismo é mais alta nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, devido à dificuldade que rapazes e raparigas têm para chegar à escola.

1.2. O percurso da Educação pós-independência

O período de tomada de posse do novo governo moçambicano trazia consigo vários problemas decorrentes da guerra com Portugal. Grande parte das infraestruturas ficou destruída, incluindo escolas, estradas, pontes e vias-férreas. A maioria da população era analfabeta¹⁵ e um dos maiores desafios na época era inverter estes números. O país deparava-se com uma falta de pessoal especializado, devido à fuga generalizada de funcionários do sistema colonial. Apesar das escolas abandonadas e falta de professores, os moçambicanos estavam altamente motivados para começar a sua educação.

¹⁵A taxa de analfabetismo em 1974 era de 97%.

Reconhecendo as dificuldades de formação de pessoal para esta área, a FRELIMO preferiu manter o novo modelo educativo muito próximo ao colonial, durante a década de 1970. Chabal¹⁶, referido por Uaciquete, apresenta a influência do colonialismo e a própria experiência da descolonização como justificações para o desenvolvimento de instrumentos rígidos, complexos e de estruturas políticas e administrativas autoritárias, que denotam ausência de uma representatividade política e perpetuam modelos burocratizados de administração (Uaciquete, 2010).

Desde a independência, podem considerar-se 3 etapas no processo de alfabetização em Moçambique. Começando por 1975, a 1ª etapa estende-se até meados dos anos 80 e distingue-se pelo relevo dado à educação de adultos no país, que contou com várias campanhas para o efeito e várias “ações planificadas e concertadas de educação e formação de adultos junto de determinadas empresas, comunidades ou setores sociais definidos como estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico do país” (Mário & Nandja, 2005).

A 2ª etapa começa em meados dos anos 80 e vai até 1995. Nesta fase, dá-se uma diminuição de medidas para combater o analfabetismo, devido à guerra na África do Sul, que afetou Moçambique. Estas iniciativas estavam reduzidas apenas às grandes cidades, com a exceção das organizadas por ONGs e organizações religiosas. Esta fase culminou com a extinção da Direção Nacional de Educação de Adultos (DNEA), cujas atividades e pessoal foram integrados na Direção Nacional do Ensino Básico (idem).

Finalmente, a 3ª etapa começa em 1995 e estende-se até aos dias de hoje, caracterizada como um “processo de redescoberta e o resgate da alfabetização e educação de adultos” (idem).

A FRELIMO tenta reorganizar e institucionalizar o setor educacional, num primeiro momento, e após isso começa uma “tentativa de planificação e exercício de um maior controlo das escolas pelo aparelho estatal central da educação” (idem). Esta fase destaca-se por um processo empreendedor e multifacetado de mobilização da população para a reconstrução do país e da afirmação da identidade nacional. Graça Machel assumiu a tarefa de reduzir a taxa de analfabetismo e melhorar o acesso das mulheres à educação

¹⁶ Chabal, P. (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hust & Company.

no país de 1975 a 1989, até quando permaneceu no cargo de Ministra da Educação e da Cultura.¹⁷ Nesse sentido, realizaram-se:

- Campanhas de alfabetização e educação de adultos.
- Atividades no sentido de promover a educação e formação de adultos “junto de determinadas empresas, comunidades ou setores sociais definidos como “estratégicos” para o desenvolvimento socioeconómico do país pelo governo foram desencadeadas” (Mário & Nandja, 2005).

A par destas iniciativas são abertas escolas e realizam-se encontros nacionais importantes nos quais se discutia a educação no país (Uaciquete, 2010):

- a) Seminário da Beira (dezembro de 1974 a janeiro de 1975);
- b) Reunião de Mocuba (fevereiro de 1975);
- c) Seminário Nacional de Alfabetização (abril de 1975) cujo objetivo era delinear uma estratégia política e pedagógica, segundo os princípios da FRELIMO;
- d) I Campanha Nacional de alfabetização;¹⁸
- e) III Reunião Nacional do MEC (julho de 1979);
- f) Seminário Nacional de Língua Portuguesa (outubro de 1979);
- g) Seminário Nacional do Ensino de Matemática (maio de 1980);

Nesta etapa a FRELIMO efetuou mudanças a nível dos currículos, da estrutura e funcionamento da escola, mecanismos de gestão e administração central e local do sistema educativo e participação da população na vida escolar (Uaciquete, 2010). Especificamente, o governo fez as seguintes alterações (idem):

- Restruturação dos programas de ensino, suprimindo aquilo que representasse uma ideologia¹⁹ adversa à da FRELIMO;

¹⁷ Durante esta altura foi responsável pelo aumento das matrículas de crianças no ensino primário de 40% em 1975 a 90% de rapazes e 75% de raparigas em 1989.

¹⁸ Vieira, 2006.

¹⁹ Ideologia marxista-leninista.

- Introdução das disciplinas de História e Geografia de Moçambique, Educação Política e Atividades Culturais – anteriormente, o programa da disciplina de História de Moçambique era iniciado no momento da colonização e o discurso escolar perpetuava a ideologia do colonizador;
- Mobilização dos moçambicanos para a construção das “escolas do povo”;
- Campanhas de alfabetização sob a liderança de estruturas locais denominadas “Grupos Dinamizadores”²⁰;

Desde a altura do domínio colonial que o sistema nacional de educação sofreu várias alterações. Em 1983, SNE encontra-se organizado da seguinte forma:

| Sistema de Educação Colonial | Sistema Nacional de Educação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> — Distinção entre ensino oficial e ensino indígena. — Existência de uma multiplicidade de cursos profissionais, depois dos quatro primeiros anos de escolaridade (estrutura fragmentária). — Falta de coordenação entre os diversos cursos profissionais, depois dos quatro primeiros anos de escolaridade. — Sistema de ensino de 11 anos, com a seguinte estrutura: 4–2–3–2–Universidade. — Sem possibilidade simultânea de saída para a vida ativa e ingresso num novo nível ou subsistema. — Objetivos e conteúdos diferentes e não articulados. | <ul style="list-style-type: none"> — O sistema de ensino é laico e público. — A escolaridade primária passa dos 4 para os 7 anos, sem primeiro ciclo. — Os subsistemas estão articulados e integrados. — Ensino secundário geral, ensino técnico e formação de professores de três níveis. — O sistema de ensino é agora de 12 anos, com a estrutura: 7–3–2–Universidade. — O novo sistema permite a saída para a vida ativa no fim de cada nível ou ingresso num novo. — Definidos objetivos e conteúdos gerais do conteúdo do Sistema. — Caráter politécnico do Ensino primário. |

Tabela retirada de: Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985 (Mazula, 1995)

²⁰ Grupos de populares guiados pela FRELIMO.

Os objetivos gerais desta reorganização do SNE foram (Mazula, 1995):

- Erradicação do analfabetismo;
- Introdução da escolaridade obrigatória e universal, garantindo a educação básica a todos os moçambicanos;
- Garantir o acesso à formação profissional;
- Formação de professores como educadores e profissionais conscientes;
- “Formar cientistas e especialistas altamente qualificados que permitam o desenvolvimento da investigação científica do acordo com as necessidades do país”;
- Difusão da utilização da língua portuguesa como elemento unificador;
- “Inculcar nas jovens gerações o sentido estético, o amor pelas artes, o gosto pelo belo”;
- “Inserir profundamente as instituições de ensino na comunidade, transformando-as em bases revolucionárias para a consolidação do poder popular”;

Dos quatro princípios base do SNE, definidos pela Assembleia Popular, destacamos “a Educação como instrumento principal da criação do Homem Novo” (Mazula, 1995). De acordo com Graça Machel, a formação do Homem Novo “implica uma nova conceção do mundo, de nação, de povo, no cultivo de novos valores de «aldeia comunal, de direção coletiva, liberdade da mulher, os conselhos de produção e na nova consciência.» (idem)

O SNE subdivide-se em Subsistema de Educação geral, Subsistema de Educação de Adultos, Subsistema de Educação técnico-Profissional, Subsistema de Educação Superior e Subsistema de Formação de Professores (Mazula, 1995). A formação de professores passa a ser de carácter permanente, de forma a renovar e atualizar os docentes e prepará-los para o desempenho de determinados cargos ou funções (idem). Esta compreende três áreas independentes: formação inicial, permanente e em exercício, sendo que esta última “abrange todas as ações de atualização, reciclagem e aperfeiçoamento dos professores em serviço” (Mazula, 1995).

A estratégia de apoio à emancipação da mulher reside apenas na “promoção de oportunidades iguais de escolarização para os dois sexos” (Mazula, 1995). Na Lei 4/83, a “democratização no sistema educativo” define-se como:

«A reorganização do sistema, o reforço na capacidade de distribuição dos recursos educativos, em termos de mais escolas, mais professores, mais dotações e investimentos financeiros e materiais, no alargamento da rede escolar, maior diversidade de cursos, políticas de igualdade de oportunidades no acesso e igualdade de sucesso, promoção da gratuitidade no ensino primário, emancipação da mulher no ensino, reconstrução.» (Domingos, 2010)

No entanto, apesar de ter sido um impulso importante no *empowerment* das moçambicanas, do nosso ponto de vista, não foi suficiente, sendo que devia ter sido elaborado um plano detalhado, com vista ao aumento das matrículas de raparigas no ensino. Apesar disso, e, tendo em conta a situação do país, entendemos que os progressos feitos nesta altura foram bastante positivos.

«A média de alunas matriculadas é de 44% no 1º Grau do Ensino Primário, de 36% no 2º Grau, de 30% no Ensino Secundário Geral e de 26% no Ensino Pré-Universitário. (...) As maiores desistências dão-se ao longo do ano, devido provavelmente ou a pressões culturais e sociais ou à desmotivação do próprio sistema de ensino, ou ambas as razões.(...) Em geral, quanto mais a aluna avança para classes ou níveis superiores, mais permanece e aumenta o seu desempenho (...). Isto pode revelar que as próprias alunas já tenham superado os entraves culturais dos primeiros anos de escolaridade ou, também, que, nessa altura, geralmente da 7ª classe em diante, as próprias famílias ou comunidades se entusiasмам quando veem as filhas avançarem e veem nisso benefícios, ou, enfim, as famílias deixam de influir diretamente na vida das filhas que se acham “emancipadas”, mantendo distância de superioridade em relação às suas famílias.» (Mazula, 1995)

Desde a altura da independência que podemos verificar uma diminuição na disparidade de género, nos índices de escolarização. A percentagem de matrículas de raparigas na escola primária aumentou de 34% em 1975 para 44% em 1988. Nesse ano,

as raparigas representavam 38% das matrículas no nível EP2 e entre 1975 e 1986 cerca de um terço das matrículas secundárias (Baden, 1997). Contudo, havia grandes lacunas no funcionamento do novo sistema de educação. Apesar de haver um incentivo à ida à escola, havia uma carência de professores e de quadros de direção, faltava material didático, os programas não eram compatíveis com os interesses da população, a educação era ineficaz e ineficiente para além de que a rede escolar não comportava todos (Uaciquete, 2010). Gomes critica o impacto que as mudanças efetuadas no setor educacional após a independência tiveram na prática:

«O setor educacional foi, sem dúvida, aquele que, nesta fase, sofreu as mudanças mais significativas, embora essas mudanças pouco se fizessem sentir na prática: os programas escolares estavam pouco explicitados, não havia livros e textos de apoio para os professores e alunos.» (Gomes, 1999)

Segundo a Direção de Planificação do Ministério de Educação, as reprovações e repetências deveram-se à baixa qualidade das instalações e a outros motivos como:

“Sobrecarga horária dos professores, baixa formação académica e psicopedagógica dos professores, carência contínua de material didático auxiliar, “progressiva deterioração dos níveis de eficácia do Ensino Primário da 5^a e 6^a classes”, que se reflete no Ensino Secundário; efeitos da crise económica interna, com baixa qualidade de vida e falta de equipamento suficiente nas escolas secundárias. As desistências e reprovações estariam mais ligadas aos efeitos das calamidades naturais, guerra e “causas internas” e inclusive com cumplicidade dos pais” (Mazula, 1995)

De acordo com Mazula (1995), é Inhambane (Sul) que detém as taxas de repetência mais elevadas, enquanto que as de desistências pertencem a Tete (Norte), Gaza (Sul), Zambézia (Norte) e Manica (Centro). As razões que justificam estas desistências prendem-se com a fraca qualidade do ensino e das instalações escolares e as desistências, maioritariamente, com fatores culturais.

2. A FDC

2.1. A importância das ONGs

As ONG desempenham funções que, por norma, competem ao Governo de um país, mas que por vários motivos este não consegue cumprir. Independentemente da área de intervenção, elas trabalham sempre com o objetivo final de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

«O número de agências presentes no país, bem como o seu peso económico, social e estratégico, aumentou muito significativamente a partir de meados dos anos 80, numa altura em que o papel social do Estado estava em declínio. Os recursos humanos e financeiros das ONGs, especialmente as estrangeiras, excedem facilmente os de muitas municipalidades e distritos, o que faz delas um parceiro particularmente importante e lhes confere uma grande autonomia (...). Em algumas zonas do país, estas praticamente substituíram o Estado, demasiado fraco ou simplesmente ausente, algumas realizando funções mais ‘tradicionais’ de ajuda de emergência e assistência técnica, outras procurando fazer um desenvolvimento a mais longo prazo prestando serviços básicos à comunidade (saúde, educação, apoio social, desenvolvimento de infraestruturas), utilizando metodologias e estratégias (nomeadamente parcerias) muito diferentes de acordo com as ONGs.» (Chichava, 1999)

Segundo a FIDH (2007) a intervenção do governo na sensibilização da população para as questões dos direitos das mulheres não é de todo a ideal. Desta forma, estas organizações acabam por complementar o trabalho do Estado, prestando – no caso da FDC – um serviço inestimável às comunidades, especialmente àquelas mais isoladas. O trabalho que a fundação tem desenvolvido, embora não seja exclusivamente direcionado para as questões de género, acaba por se concentrar maioritariamente nesta área, o que permite que inúmeras mulheres, nomeadamente em comunidades rurais, sejam apoiadas.

2.2. O Papel da FDC na Educação

Em 1990, Graça Machel fundou a ADC, uma associação sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento, a democracia e a justiça social, que em 1994 passaria a fundação (FDC), mantendo, porém, os mesmos objetivos. A FDC tornou-se uma “fonte estável e sustentável de recursos” dotada de um património, de modo a poder financiar as comunidades que apoia e tem desenvolvido várias iniciativas, com o objetivo de colmatar certas carências a nível educacional, de prestação de serviços de saúde e de Direitos Humanos, especificamente, junto da população feminina e crianças.

O trabalho da Fundação no campo da emancipação da mulher assenta em vários programas que têm tido lugar desde a sua criação. A FDC dá especial atenção à formação das raparigas, tanto a nível médio como a nível superior com o objetivo de “com elas se constituir uma massa crítica que irá servir de fermento para estágios mais elevados de desenvolvimento social” (África 21, 2008).

Atualmente, a proporção de população economicamente ativa que não sabe ler e escrever ainda é alta de um modo geral (54,8%), sendo que o fosso entre homens e mulheres na taxa de analfabetismo é bastante acentuado (36,1% e 69,4% respetivamente). A percentagem de mulheres analfabetas economicamente ativas difere muito ao longo do país. As províncias do Norte têm as taxas mais elevadas de mulheres iletradas entre a força de trabalho. A percentagem diminui à medida que se passa das províncias setentrionais para as meridionais. A Província de Cabo Delgado (89,2%) tem a taxa mais elevada de mulheres analfabetas que participam na força de trabalho. A Cidade de Maputo apresenta a taxa mais baixa de mulheres analfabetas, com 18,6% (INE, 2009).

| Ano | Indicadores Educacionais em Moçambique | | | | | | | |
|------|--|----|--|----|---|----|---------------------------|----|
| | Alunos ingressantes na escola primária (%) | | Percentagem no último ano do ensino primário | | Alunos ingressantes na escolar secundária (%) | | % Analfabetos (> 15 anos) | |
| | H | M | H | M | H | M | H | M |
| 1996 | 69 | 52 | - | - | 9 | 6 | 55 | 79 |
| 1997 | 69 | 52 | - | - | 9 | 6 | 42 | 77 |
| 1998 | 69 | 52 | - | - | 9 | 6 | 42 | 77 |
| 1999 | 70 | 50 | 52 | 39 | 9 | 6 | 46 | 77 |
| 2000 | 70 | 50 | 52 | 39 | 9 | 5 | 41 | 73 |
| 2001 | 70 | 50 | 52 | 39 | 9 | 5 | 39 | 70 |
| 2002 | 83 | 60 | 43 | 29 | 11 | 7 | 38 | 69 |
| 2003 | 104 | 79 | 62 | 54 | 14 | 9 | 40 | 71 |
| 2004 | 110 | 87 | 56 | 47 | 16 | 10 | 38 | 69 |

Tabela: Progresso dos Indicadores de Educação entre 1996 e 2004.²¹

A tabela acima mostra a evolução no campo da alfabetização e da ingresso de alunos a nível do ensino primário. Segundo os dados apresentados, entre os anos de 1996 e 2004 houve de facto uma redução na percentagem de analfabetos com idades superiores a 15 anos. Embora estes números se mostrem oscilantes, é constante a diferença entre a amostra de homens e mulheres, sendo que o fosso entre ambos se mantém grande. Por outro lado, o analfabetismo nas mulheres desceu apenas 10% em 8 anos, contrastando com uma diminuição de 17 pontos percentuais nos homens. O mesmo acontece, paralelamente, no que concerne ao ingresso de alunos a nível do ensino primário; embora a tendência seja claramente de aumento, o que é positivo, mantém-se a clara diferença entre membros do sexo feminino e masculino. Finalmente, constata-se que a percentagem de alunos que prossegue com os estudos para além do ensino primário é bastante reduzida, começando a afunilar já a partir do final da primária, o que confirma que muitos não a terminam sequer.

O ensino primário em Moçambique é laico e gratuito e os manuais são oferecidos pelo Estado, o que é positivo, visto que os pais não têm o encargo extra de pagar propinas e livros escolares. No entanto, o acesso à educação ainda enfrenta inúmeros desafios (RTVE, 2006):

²¹ Tabela retirada de Mário & Nandja, 2005.

a) As crianças têm de percorrer vários quilómetros diariamente.

Embora a taxa de natalidade tenha descido nas últimas décadas isto não tem sido o suficiente para travar o aumento contínuo da população²². A solução para este ponto passa pela construção de um maior número de escolas, de modo a facilitar o acesso da população à educação (Arnaldo & Muanamoha, *s.d*). No entanto, este crescimento tem dificultado a ação do Estado na construção de novas infraestruturas no campo educacional que consigam corresponder às necessidades da população. A FDC é responsável pela construção de várias instalações escolares e pelo fornecimento de inúmeros materiais didáticos. A título de exemplo, em 2007, a FDC reabilitou e equipou 3 escolas primárias, duas das quais situadas na província de Inhambane (Escola primária de Caxane e o Centro de formação profissional em Vilanculos) e a última na província de Sofala (Escola primária de Nsona). No mesmo ano, a fundação inaugurou a escola primária completa de Moambe (Guijá, Gaza), ao mesmo tempo que deu início à construção de uma outra em Hindane (Matutuine - Maputo). Finalmente, a FDC abriu um troço de 12 km estrada em Matutuine (FDC, 2007).

No ano seguinte, a FDC repetiu esta linha de ação. Em 2008, teve lugar o Projeto Integrado de Matutuine que consistiu na construção de novas infraestruturas que contribuíram para o aumento das matrículas de crianças. A FDC levou ainda a cabo obras de expansão das instalações da escola primária completa de Matutuine, permitindo beneficiar 400 crianças em idade escolar (FDC 2008). Foi criado o projeto comunitário de Vilanculos, que permitiu renovar 3 salas de aula na escola primária (1º grau) de Caxane e melhorar 12 km de estrada. No mesmo ano foi ainda inaugurado o Centro de Formação Profissional de Vilanculos, resultante de uma associação entre a fundação e o INEFP (*idem*).

Em 2011 a fundação adquiriu 4 motas que atribuiu às Escolas Primárias Completas de Hindane e Mungazine, na província de Matutuine, com o objetivo de minimizar os problemas gerados pela distância até à escola.

²² Em 2007 a média foi de 5,7 filhos por mulher.

b) Falta de professores e existência de professores pouco qualificados;

A falta de docentes qualificados ou a falta de docentes por si é outro problema grave no sistema de Educação moçambicano. Como já foi referido anteriormente, após a independência, muitos fugiram de Moçambique, deixando o país com uma forte carência de profissionais qualificados. O trabalho da FDC na área da Educação abrange também a formação de professores, de modo a estes poderem responder às necessidades da população escolar.

c) Abandono escolar;

A grande maioria dos alunos não continua o percurso escolar para além do ensino primário. Este aspeto prende-se com vários motivos, sendo que um dos quais é a situação económica do agregado familiar das crianças em idade escolar (6-12 anos). Segundo o Relatório de progresso da CPLP (FDC, 2011a), as taxas de frequência escolar mais altas (95.2% rapazes e 94.5% raparigas) correspondem a crianças cujo agregado familiar tem um maior nível de riqueza, contrapondo, assim, a realidade das crianças provenientes de famílias com menos recursos (74.6% rapazes e 69.9% raparigas). Interpretamos estes números de acordo com o grau de necessidade de auxílio das crianças às suas famílias no desempenho de tarefas domésticas; quanto mais pobres as famílias, menos possibilidade terão de contratar alguém de fora para assumir responsabilidades domésticas (cozinhar, limpar a casa, agricultura, etc.), pelo que a solução é manter tudo o mais possível dentro da família.

Neste seguimento, a disparidade de ingressos deve-se, ao facto de, seguindo certos costumes tradicionais, muitas raparigas terem de desempenhar várias tarefas domésticas, para além das escolares. Como foi referido antes, os costumes da sociedade tradicional moçambicana ainda têm um peso considerável na forma como muitas pessoas procedem no seu dia a dia, em especial no tocante às relações de género. Em relação à educação, apesar de o Estado ter vindo a tentar conciliar certos aspetos culturais e a ida das raparigas à escola, a pressão social para elas se casarem e constituírem família acaba por ser um dos grandes motivos do abandono escolar de muitas delas (WLSA, 2008). Quando

têm idade, os pais casam-nas com a ideia de que é a melhor opção para a família. Estes casamentos são por vezes combinados entre famílias, independentemente da vontade dos noivos. A Constituição moçambicana define o casamento como a “união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir família, mediante comunhão plena de vida” (Artigo 7). Desta forma, o matrimónio contra a vontade de uma ou ambas as partes não é aceite aos olhos da lei, podendo dar origem à anulação do mesmo, segundo os Artigos 59²³ e 60²⁴, publicados no Boletim da República (2004).

A taxa de casamentos entre menores de idade foi de 21% das raparigas de 15 anos de idade, em 2004 (FIDH, 2007). Isto contribui para que um número considerável de mulheres (24% de mulheres de 15 a 19 anos de idade já têm dois filhos) engravide numa idade ainda jovem. Assim, os casamentos prematuros, as gravidezes, muitas indesejadas, e o facto de vários maridos as proibirem de ir à escola contribuem grandemente para o abandono escolar das raparigas.

É importante demarcar que este tipo de situações é mais comum nas zonas rurais, onde o casamento é visto como um rito de passagem, bem como uma forma de as raparigas deixarem de ser “um encargo” para os pais e de os papéis se invertem, passando o casal a cuidar dos pais da mulher. Desta forma, a escola não é encarada como sendo um elemento importante para a preparação das raparigas para o seu percurso como adultas (Nhantumbo-Divage, 2010).

Depois de casadas, algumas mulheres acham-se já demasiado adultas para ir à escola. No entanto, há muitas outras que querem prosseguir os estudos, mas não o conseguem fazer, devido a falta de vagas nas escolas (RTVE, 2006). A tabela abaixo mostra o trabalho desenvolvido pela FDC no âmbito da educação de adultos em dois distritos:

²³ **Art. 59:** «A declaração de vontade, no ato da celebração, constitui presunção não só de que os nubentes quiseram contrair o matrimónio, mas de que a sua vontade não está viciada por erro ou coação.»

²⁴ **Art. 60:** «O casamento é anulável por falta de vontade quando: O nubente, no momento da celebração, não tinha a consciência do ato que praticava, por incapacidade accidental ou outra causa; O nubente estava em erro acerca da identidade física do outro contraente; A declaração de vontade tenha sido extorquida por coação física; Tenha sido simulado.»

| Distrito | Inscritos | | | Proporções por género e por alfabetizadores | |
|--------------|-----------|-----|-------|---|--------------------|
| | H | M | Total | % Mulheres | Nº Alfabetizadores |
| Ancuabe | 204 | 429 | 633 | 68% | 34 |
| Matutuine | 36 | 120 | 156 | 77% | 5 |
| Total | 240 | 549 | 789 | 70% | 39 |

Tabela: Número de alfabetizandos inscritos por cada distrito – 2011(Retirada do Relatório anual da FDC de 2011)

Esta tabela representa o número de adultos inscritos nos distritos de Ancuabe (Norte de Moçambique) e Matutuine (Sul de Moçambique), em 2011. Os dados acima mostram que as matrículas de mulheres são bastante superiores às dos homens, e, comparando ambas as regiões, o número total de matriculados no distrito do Sul é muito inferior ao do Norte (números proporcionais à quantidade de alfabetizadores). O número de mulheres que frequentam a escola durante a vida adulta ultrapassa de longe o dos homens, ao contrário dos números verificados em idades mais jovens. Isto denota a necessidade que estas mulheres têm em retomar/iniciar os estudos, facto que não lhes foi possível fazer na idade certa (possivelmente pelos motivos explanados anteriormente).

2.3. Bolsas de estudo

Para combater o abandono escolar e incentivar o acesso à educação de famílias desfavorecidas, a FDC criou programas de atribuição de bolsas de estudo para mulheres moçambicanas, inicialmente, a nível médio. Posteriormente, em 2008, Graça Machel criou um programa de bolsas para pós-graduações (Graça Machel Scholarship Programme) “com objetivo de desenvolver um quadro de mulheres africanas e trabalhadoras altamente qualificadas, que investem as suas competências e habilidades profissionais para a região, atuando como modelos para as gerações futuras” (FDC).

Este programa pretende conferir a estas raparigas a sua ferramenta de trabalho, de modo a que estas possam contribuir para melhorar os campos económico, social e cultural na zona Sul de África. Estas bolsas de estudo têm como outro objetivo promover o *empowerment* da mulher, preparando-a para ocupar posições de liderança.

O processo de seleção das bolseiras é realizado com base na capacidade económica e mérito académico das bolseiras. Para além disso, a atribuição de bolsas para o ensino superior compreende um programa de acompanhamento do percurso dos bolseiros que, após o término do percurso académico, permite facilitar a entrada dos jovens do mercado de trabalho, através de empregos e estágios. Isto é possível devido a uma rede de parceiros desenvolvida pela FDC com várias empresas e organizações.

Entre os anos de 1994 e 2004, foram atribuídas 101 bolsas de estudo a nível do ensino:

1. Básico Técnico-Profissional

- a. Agropecuária, Comércio e Ensino;

2. Médio

- a. Saúde materno-infantil, Contabilidade e Ensino primário;

3. Superior

a. **Pré-universitário**

- i. Ensino geral, administração de negócios;

b. **Bacharelato**

- i. Gestão hoteleira;

c. **Licenciatura**

- i. Ciências jurídicas, Psicologia, Economia, Sociologia Rural, Engenharia Ambiental, Ciências Sociais, Gestão, Informática, Ciências da Comunicação, Medicina;

d. **Mestrado**

- i. Liderança e Governação, Administração de Negócios, Estudos de Desenvolvimento, Sociologia;

Para além de Moçambique, algumas bolsas a nível do ensino superior foram atribuídas a mulheres moçambicanas em universidades na África do Sul, Brasil, Estados Unidos da América, Portugal e Zimbabwe (FDC - 2004). Entre os anos de 1993 e 2004, este programa resultou num aumento da população escolar total, nas zonas de atuação do mesmo, de 12.677 alunos. Para além disso, 40 raparigas receberam formação básica nas áreas de desenvolvimento pecuário, agropecuária, comércio e instrução comunitária (idem).

Em 2008, o Programa de Bolsas de Estudos para Raparigas atribuiu 19 bolsas no Ensino Superior. Em 2009, as bolsas de estudo atribuídas pela FDC no Ensino superior (em Moçambique e no estrangeiro) beneficiaram 17 raparigas. Ainda nesse ano, a fundação construiu várias escolas e apresentou um programa televisivo educativo de desenhos animados dirigido à população infantil.

No ano de 2010, ao abrigo do projeto de Bolsas de Estudos para jovens, a fundação atribuiu 15 bolsas em três universidades moçambicanas e portuguesas (FDC, 2010):

- Três na Politécnica de Quelimane - Gestão de Empresas e Direito;
- Sete na UEM - Antropologia, Medicina e Direito;
- Uma na UDM - Administração e Gestão de Empresas.
- Três em universidades portuguesas - licenciatura em Engenharia Alimentar, Mestrado em Estatística e Investigação Operacional, e Economia;

Uma vez mais, em 2011, foram atribuídas bolsas de estudo, desta vez 20, como se demonstra no quadro abaixo, destacando-se as áreas de Medicina, Direito, Economia e Relações Internacionais.

| Província | Nº | Licenciatura | Mestrado |
|------------------|----|--------------|----------|
| Cabo Delgado | 2 | 18 | 2 |
| Sofala | 2 | | |
| Nampula | 1 | | |
| Inhambane | 1 | | |
| Gaza | 1 | | |
| Maputo Província | 2 | | |
| Maputo Cidade | 11 | | |

Tabela: Número de Bolseiros em 2011²⁵

Outro programa de apoio ao desenvolvimento do acesso à educação da rapariga é o PER que começou em 1993 e tem desenvolvido uma estratégia baseada nos seguintes pontos:

1. Alargamento da rede escolar;

- a. Foram construídas 57 salas de aula distribuídas por 10 escolas.
- b. Foram construídas 21 escolas.

2. Introdução de atividades extracurriculares;

- a. Formação dada a 21 mães nas áreas de costura, cozinha e acompanhamento de raparigas.
- b. Atividades de costura, labores e cozinha, nas quais participaram 630 raparigas.
- c. Introdução da alfabetização de adultas.

3. Capacitação de professores;

- a. Até 2004, 75 professores receberam formação nos campos de “pedagógica de ensino e género e desenvolvimento”.

4. Sensibilização da comunidade;

- a. Criação de 4 grupos de dança e teatro.
- b. Reuniões, visitas a aldeias e representações dramáticas.
- c. “Dinamização de parcerias com líderes comunitários”.

²⁵ Dados retirados do relatório da FDC de 2011

5. Atribuição de bolsas de estudo;

- a. Para estimular a continuidade do acesso escolar (FDC, 1999).

2.4. Liderança

De uma forma semelhante ao que aconteceu enquanto Graça Machel esteve no Ministério da Educação, a fundação tem organizado, de uma forma regular, encontros, seminários e conferências para promover a partilha de conhecimentos e experiências e de sensibilizar e impulsionar as moçambicanas a serem empreendedoras.

“Através da capacitação organizacional, institucional, programática e da promoção de movimentos e redes temáticas, fortalece e desenvolvimento da sociedade civil, para que esta seja mais ativa e participativa nos processos de desenvolvimento.” (FDC)

Em 2006, a FDC deu seguimento a uma iniciativa que começou em 2005 no âmbito da capacitação de mulheres nas áreas de negócios e empreendedorismo em Nampula e Cabo Delgado. Ainda em 2006, Graça Machel, em conjunto com outras mulheres em posições de liderança no continente africano, criou o *Foresight Group*. Este projeto teve como propósito «fortalecer e ampliar a voz da mulher africana nas esferas política, social e económica, através da facilitação de sinergias entre as áreas do conhecimento e outras formas de tomada de decisão.» (FDC, 2006)

Em 2009, teve lugar a realização de 3 Fóruns Provinciais de Mulheres Rurais, cada um numa cidade diferente (Gaza, Sofala e Manica) nos quais 300 representantes de associações de mulheres rurais estiveram presentes. Estes encontros permitiram a:

- Disseminação da “Agenda Política das Mulheres no seio das OSC, instituições do Governo e sociedade em geral”;
- Atualização dos dados sobre as associações de mulheres (mulheres rurais, mulheres empresárias e líderes) para completar a base de dados;
- Realização de “seminários de capacitação nas áreas de acesso ao crédito e ao DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra), participação nos conselhos consultivos, associativismo e mudanças climáticas”.

Segundo a FDC, estes fóruns contribuíram para uma maior consciencialização das mulheres sobre a necessidade do seu envolvimento em processos políticos e para a sensibilização das mulheres para a importância de ocuparem posições de liderança em instituições públicas e privadas.

No mesmo ano, realizou-se o primeiro Encontro Nacional das Mulheres Empresárias que contou com mais de 60 mulheres de todo o país. O Encontro permitiu identificar determinadas barreiras que dificultam a realização de negócios, criar mecanismos que permitiram um intercâmbio de experiências, diálogo com o Estado e outras instituições financeiras e de capacitação (FDC 2009).

Em 2010, teve lugar o Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais, de modo a defender os interesses destas mulheres, que muitas vezes são esquecidos. Este espaço permitiu a discussão e implementação de novas ideias e deu lugar ao diálogo entre as mulheres rurais e instituições governamentais, funcionando como uma “plataforma de *lobby* e advocacia” (FDC 2010). No Fórum da Mulher Líder Moçambicana, no mesmo ano, foi:

- «Realizado um encontro e vários contactos *online* de discussão entre os membros do Core Group, que culminaram com a apresentação de algumas propostas concretas sobre atividades que deverão ser desenvolvidas logo que haja financiamento, como, por exemplo, o Workshop para a angariação de fundos para a Escola de Reinata Sadimba». (idem)

— Para além disto estiveram «em curso negociações para a criação de um programa de televisão cujo painel fixo seria composto por quatro mulheres da Rede das Mulheres Líderes e que discutirá aspetos como desigualdades sociais, modelos sociais, saúde, empreendedorismo e outros temas» (idem).

Ainda em 2010, a FDC criou a Rede das Mulheres Empresárias, uma base de dados sobre as atividades das empresárias moçambicanas. De uma forma sumária, esta iniciativa permitiu identificar as principais áreas de emprego escolhidas pelas moçambicanas, as barreiras com que elas se deparam no decorrer da sua atividade profissional e qual o verdadeiro impacto das campanhas de sensibilização para as questões de género de que elas são alvo (muitas destas mulheres demonstraram não estar sensibilizadas para esta questão). No que diz respeito às principais ocupações da amostra analisada, concluiu-se que a maioria destas empresárias se dedica ao *catering*, decoração de eventos e floricultura e uma outra parte a atividades como consultoria, desenvolvimento de *software* e no setor dos transportes. De acordo com as repostas obtidas, os maiores impedimentos com que se deparam são o acesso ao crédito e um alto nível de concorrência dentro do mesmo setor (FDC, 2010). Talvez o resultado mais interessante desta iniciativa tenha sido o facto de as mulheres em questão não se mostrarem sensibilizadas para as questões de género no seu local de trabalho. Embora, de forma geral, haja uma paridade no número de homens e mulheres contratados, as duas maiores empresas empregavam duas vezes mais homens do que mulheres (idem).

O projeto estende-se ainda para outros países africanos para além de Moçambique (Angola, Zâmbia, Tanzânia, Quénia e Uganda) com o intuito de interligar as empresárias dos seis países, de forma a estas poderem beneficiar com o diálogo, interação e cooperação entre todas, fortalecendo a sua posição e favorecendo o seu crescimento (idem).

Por ocasião da criação desta Rede, o Banco BCI-Fomento anunciou a criação de incentivos ao empreendedorismo das mulheres moçambicanas que incluíram a redução da taxa de juros de 16% para 10% na concessão de créditos bancários para as mesmas. Outro

banco que seguiu esta linha foi o Procrédito que decidiu facilitar a solicitação de crédito a mulheres analfabetas, aceitando que estas apresentem os seus projetos oralmente.

Em 2011, a fundação proporcionou a formação de 113 jovens pertencentes ao distrito de Vilankulo em cursos técnico-profissionais, dos quais 18% correspondem a indivíduos do sexo feminino. As graduações correspondem aos ofícios e às áreas de Pedreiro (26 graduados), Ladrilheiro (24 graduados), Canalização (25 graduados), Eletricidade (13 graduados), Carpintaria (9 graduados) e Informática (16 graduados), de modo a facilitar a criação de autoemprego e de renda.

Ainda nesse ano, foi realizado o Seminário Nacional das Mulheres Rurais, cujos objetivos foram ajudar estas mulheres a defender e reivindicar os seus direitos no tocante ao DUAT, serviços de extensão, mercados e participação nos conselhos consultivos.

Conclusão

Este estudo permitiu-nos analisar o percurso de Graça Machel na defesa da equidade de género e do empowerment da mulher em Moçambique, para além de nos apercebermos do trabalho que falta realizar e identificar os principais obstáculos ao progresso nestes campos.

O papel da FRELIMO, no que respeita à revolução da conceção tradicional da mulher, foi um ponto de partida preponderante, tanto durante o período de guerra, como no Moçambique já independente. Embora não tivesse sido bem recebida por todos, a ideologia de igualdade de género foi transposta para a forma de atuação do governo, nomeadamente no campo educacional, e perpetuada até aos dias de hoje. Uma vez tomada consciência da necessidade da existência da equidade e do *empowerment* da mulher e das suas vantagens, o Estado acionou mecanismos de suporte à progressão da mulher na sociedade, embora nem sempre com o sucesso pretendido.

O trabalho desenvolvido por Graça Machel enquanto Ministra da Educação e da Cultura resultou num aumento do número de matrículas escolares e dos níveis de alfabetização da população. As alterações feitas no SNE por Machel centraram-se essencialmente na união nacional – através da língua e da igualdade de oportunidades e direitos para rapazes e raparigas –, na recuperação da identidade moçambicana (introdução da cadeira de História e Geografia de Moçambique no programa escolar) e na aposta na alfabetização e formação do maior número possível de moçambicanos.

O facto de Moçambique ter acabado de sair de um extenso período de domínio colonial, seguido de uma guerra, juntamente com o apego a certas tradições castradoras para a mulher, não facilitou o desenvolvimento. No entanto, apesar destes obstáculos e da falta de pessoal especializado, das parcas condições e pouco material nas escolas - e até da falta de escolas – ocorreu um grande avanço na área da Educação do país. Ainda que em nenhum destes campos se tenha conseguido atingir uma percentagem de 100%, muito menos de igualdade entre as percentagens correspondentes ao sexo feminino e masculino,

dentro do contexto em que se inseria o país nesta altura, consideramos que os resultados alcançados foram positivos.

Após este período no Ministério, Machel criou a FDC, com a qual tem podido prosseguir o trabalho que iniciou no governo, expandindo a sua área de ação para outros campos adjacentes às questões de género e ao desenvolvimento da comunidade. Desta forma, a fundação tem ajudado a minorar o analfabetismo através de ações de sensibilização das populações para a importância de as raparigas receberem uma formação, da construção de escolas, melhoramento dos acessos às mesmas e do fornecimento de material didático.

Ainda no âmbito da educação, para suprir as necessidades referentes à falta de docentes, a FDC contribui com ações de formação de professores. No entanto, outro tipo de motivos mais profundo tem contribuído grandemente para o abandono escolar. São as tradições que mais condicionam o acesso das raparigas à escola e que as continuam a levar por um caminho de submissão ao patriarcado. Neste sentido, a fundação dedica-se a organizar inúmeras campanhas de sensibilização das comunidades para a imperatividade de permitir que as raparigas vão à escola.

Vários estudos têm vindo a contrariar a conceção falaciosa, e comumente aceite pela sociedade, que atribui aos homens uma apetência natural para a liderança bastante superior à da mulher. No sentido de catapultar a participação da mulher no mundo empresarial, a fundação atribui bolsas de estudo às moçambicanas para o ensino superior e dá-lhes a oportunidade de frequentarem cursos profissionais.

A economia informal, setor que emprega uma percentagem considerável das mulheres em Moçambique, é encarada de forma pejorativa. Este desmérito deve-se ao facto de o setor estar associado a práticas menos lícitas, mesmo quando tal não se confirma. No entanto, é sobre o trabalho desempenhado por estas mulheres que assenta grande parte da economia moçambicana. Acresce o facto de este trabalho contribuir para que elas se tornem economicamente independentes e emancipadas.

No nosso entender, a prevalência ou extinção do setor informal estará dependente de uma relação proporcional com os níveis de pobreza, educação e discriminação de género. Isto é, quanto mais pobre e quanto mais baixo for o nível de educação da população, mais hipóteses a informalidade tem de sobreviver. Por sua vez, quanto maiores forem os níveis de desigualdade e discriminação de género, mais estes contribuem para o desenvolvimento do setor.

A educação e formação da população contribuem para estimular o empreendedorismo e aumentar as possibilidades de acesso das moçambicanas a empregos melhores e com melhores condições de trabalho. O seu objetivo final deve ser proporcionar a independência da mulher, permitindo que esta se possa sustentar a si própria e, subsequentemente, a sua família, sem depender, por princípio, do companheiro. As campanhas de sensibilização da FDC são uma das ações mais importantes que a fundação tem levado a cabo, visto que, na nossa opinião, o maior impedimento ao *empowerment* das mulheres e raparigas moçambicanas é o fator cultural.

A plena igualdade de género é uma realidade ainda longe de ser atingida na maioria dos países, inclusive nos considerados desenvolvidos. Para atingir a igualdade de género é necessário haver uma séria mudança de mentalidade o que constitui um processo moroso, gradual e que requiere um esforço comum. Tem-se notado uma evolução positiva neste sentido nas zonas urbanas moçambicanas, áreas onde a mulher tem conseguido conquistar o seu espaço, a pouco e pouco. Porém, embora todo o trabalho de sensibilização para a igualdade de género tenha já dado alguns frutos, ainda há um longo caminho a percorrer nas zonas rurais.

Bibliografia

África 21. (dezembro de 2008). África 21, (24), 20-29. Retirado a 30 de novembro de 2011, de: www.africa21digital.com/revista_pdf.kmf?edicao=11

Arnaldo, C. & Muanamoha, R. (s.d.). Comportamento demográfico e desafios de desenvolvimento sócio-económico em moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, (49), 42. Retirado a 6 de novembro de 2011, de: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=123699794&att_display=n&att_download=y

ATTAC. (2007). *Mujeres contra la explotación – la resistência feminina en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Capital Intelectual

Baden, S. (1997). Post-conflict Mozambique: Women's special situation, Population Issues and Gender Perspectives: to be integrated into skills training and employment promotion. Retirado a 12 de janeiro de 2012, de: <http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/re44c.pdf>

Barata, O. & Piepoli, S. (2005). *África: Género, Educação e Poder Lisboa*. Lisboa: ISCSP

Barreto, A. (2009). Liderança transformacional na escola: estudo de caso sobre o Presidente de um agrupamento. Retirado a 6 de outubro de 2011, de: <http://ria.ua.pt/handle/10773/1037>

Blanco, E. & Domingos, M. (2008). Tradição, Cultura e Género nos programas de desenvolvimento. Retirado a 23 de janeiro de 2012, de: <http://www.forumulher.org.mz/index.php/2011-05-08-09-59-01/Genero,%20Cultura%20e%20Tradic%CC%A7ao%20nos%20Programas%20de%20Desenvolvimento.pdf/download>

Boletim da República. (2004). I Série (34). Retirado a 23 de janeiro de 2012, de: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/adminCivil/lei%20da%20familia.pdf>

CALIPER. (2005). The Qualities That Distinguish Women Leaders. Retirado a 23 de abril de 2011, de: <http://www.caliper.com.au/womenstudy/WomenLeaderWhitePaper.pdf>

Campos, L. (2003). O papel das mulheres no período de transição para a democracia em Moçambique. Retirado a 23 de novembro de 2011, de: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10830>

Casimiro, I. (2008). Cruzando lugares, percorrendo tempos: mudanças recentes nas relações de género em Angoche. Retirado a 30 de setembro de 2011, de: <http://hdl.handle.net/10316/7472>

Chichava, F. (1999). Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique. Retirado a 30 de setembro de 2011, de: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/descentra_mocambique.pdf

Chiziane, P. (2004). *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Domingos, A. (2010). Administração do Sistema Educativo e a Organização das Escolas em Moçambique no Período Pós-Independência 1975-1999: Descentralização ou Recentralização? Retirado a 23 de outubro de 2011, de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14546/1/tese.pdf>

FAO. (2009). Direitos das crianças e mulheres à propriedade e herança em Moçambique. Save the Children em Moçambique. Retirado a 23 de outubro de 2011, de: <http://www.fao.org/docrep/012/al131pt/al131pt00.pdf>

Faria, N. (5 de março de 2009). Retirado a 14 de outubro de 2011, de: <http://diplomatieque.uol.com.br/artigo.php?id=480&PHPSESSID=ynookxhp>

Fazenda, I. (2003). *Empowerment* e participação, uma estratégia de mudança. Retirado a 23 de novembro de 2011, de: <http://www.cpihts.com/pdf/empowerment.pdf>

FDC - <http://www.fdc.org.mz/>

FDC. (2004). Relatório de atividades 1999-2004. Retirado a 7 de dezembro de 2011, de: http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=29&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2006). Relatório Anual 2006. Retirado a 7 de dezembro de 2011, de: http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=27&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2007). Relatório Anual 2007. Retirado a 7 de dezembro de 2011, de:http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=22&Itemid=

FDC. (2008). Relatório Anual 2008. Retirado a 7 de dezembro de 2011, de:http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=21&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2009). Relatório Anual 2009. Retirado a 12 de fevereiro de 2012, de:http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=78&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2009a). Opções de Intervenção no Contexto da Pobreza Urbana em Moçambique: Estudo de caso dos Municípios de Maputo e Chimoio. Retirado a 7 de dezembro de 2011, de:http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=106&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2010). Relatório Anual 2010. Retirado a 12 de fevereiro de 2012, de: http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=158&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2011). Relatório Anual 2011. Retirado a 12 de fevereiro de 2012, de:

http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=158&Itemid=106&lang=pt

FDC. (2011a). Relatório de progresso dos ODM na CPLP. Retirado a 12 de fevereiro de 2012, de:

http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=160&Itemid=106&lang=pt

Feliciano, J. (2008). Proteção Social, Economia informal e Exclusão social nos PALOP . São João do Estoril: Principia

FIDH. (2007). Direitos de mulher no moçambique – Dever de terminar práticas ilegais. Retirado a 12 de fevereiro de 2012, de: <http://www.fidh.org/IMG/pdf/mz042008p.pdf>

Francisco, A. & Paulo, M. (2006). Impacto da Economia Informal na Proteção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique. Retirado a 22 de novembro de 2011, de:

http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/impacto_da_economia_informal.pdf

Frias, S. (2006). *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira? Mulheres, economia informal e mudança cultural: estudo realizado na cidade de Maputo*. Lisboa: ISCSP

Gomes, M. (1999). *Educação Moçambicana: História de um Processo: 1962-1984*. Maputo, Moçambique: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

INE. (2009). Mulheres e Homens em Moçambique - Indicadores seleccionados de género. Retirado a 5 de novembro de 2011, de: http://www.ine.gov.mz/populacao/estatisticas_genero/Mulheres_Homens_7_Oct_Final_2009.pdf

Labrecque, M. (2010). Conselho Europeu – Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?. Retirado a 23 de novembro de 2011, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000300015&script=sci_arttext

Larousse. (1990). *Grand larousse*. (2 ed., Vol. 2, p. 1216). Paris: Librairie Larousse.

Lopes, C. (2011). *Candongueiros e Kupapatas - Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola*. Parede: Principia

Machel, S. (1974). *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade condição do seu triunfo*. Porto: Inova

Mário, M. & Nandja, D. (2005). A alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos. Retirado a 23 de novembro de 2011, de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001462/146284por.pdf>

Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Lisboa: Edições Afrontamento

Meneses, P. (2008). Mulheres insubmissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique. Retirado a 19 de fevereiro de 2012, de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aeq/n17/n17a05.pdf>

Miguel, S. (2009). Desempenho profissional numa Organização de Saúde. Retirado a 9 de abril de 2011, de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpb/v8n4/v8n4a05.pdf>

MMAS. (2011). Plano Estratégico 2011-2015. Retirado a 17 de fevereiro de 2012, de: http://www.mmas.gov.mz/files/documentos/PE_MMAS_30_04_2012.pdf

Narvaz, M. & Koller, S. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. Retirado a 9 de outubro de 2011, de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>

Nhantumbo-Divage, N. et alie. (2010). Casamentos prematuros em Moçambique – Contextos, tendências e realidades. Retirado a 13 de setembro de 2011, de: http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=105&Itemid=91&lang=pt

Nolen-Hoeksema, S. (2010). *A vantagem de ser mulher: o que as mulheres fazem realmente melhor*. Alfragide: Estrela Polar.

Palha, F. (s.d.). O lobolo e suas implicações para a atual sociedade do sul de moçambique. Retirado a 25 de julho de 2011, de: <http://www.ufpb.edu.br/reconcavos/index.php/downloads/seminario/47-anais-palha-flvia/download>

Raimundo, I. (2009). *Women Empowerment in Mozambique: A Fiction Move or Reality?* Retirado a 22 de outubro de 2011, de: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d97750.doc>

Robinson-Pant, A. (2005). The benefits of literacy (human, cultural, social, political, economic.) Retirado a 22 de outubro de 2011, de: http://portal.unesco.org/education/fr/files/43413/11315414221Robinson_Pant.doc/Robinson_Pant.doc

Silva, G. (2006). Educação e Género em Moçambique. Retirado a 17 de novembro de 2011, de: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13056/2/tesemesteducacaoegenero000069313.pdf>

Teixeira, A. (s.d.). A construção sociocultural de ‘género’ e ‘raça’ em Moçambique: continuidade e rutura nos períodos colonial e pós-colonial. Retirado a 15 de setembro de 2011, de: http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/422/420

RTVE. (2006). *Mozambique, el largo camino hacia la escuela* [Web]. Retirado a 12 de janeiro de 2012, de: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/en-portada/portada-mozambique-largo-camino-hasta-escuela/502672/>

Uaciquete, A. (2010). Modelos de administração da educação em Moçambique (1983-2009). Retirado a 27 de outubro de 2011, de: <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2010001627>

Vieira, M. (2006). Educação de adultos, analfabetismo e pobreza em Moçambique. Retirado a 15 de setembro de 2011, de: http://www.cereja.org.br/site/_shared%5CFiles%5Ccer_tesesDissertacoesTccs%5Canx%5C20100408131927_educmocambique_marciaaplvieira_dompubl.pdf

Vivas, M. (2005). “Literatura Mulherzinha”: a construção de feminilidades nas tirinhas da série *Mulheres alteradas* de Maitena. Retirado a 20 de novembro de 2011, de: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310751_05_cap_02.pdf

WEF. (2005). Empoderamento das Mulheres: Avaliação das Disparidades Globais de Gênero. Retirado a 17 de novembro de 2011, de: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/equidade/Aba%205%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20disparidades%20de%20g%C3%AAnero.pdf>

WLSA.(2004). Outras Vozes, nº 8. Retirado a 25 de novembro de 2011, de: <http://www.wlsa.org.mz/lib/bulletins/OV08.pdf>

WLSA. (2008). Outras vozes, nº22. Retirado a 25 de novembro de 2011, de: <http://www.wlsa.org.mz/lib/bulletins/OV22.pdf>

World Bank. (2007). Moçambique: da Recuperação de Pós Conflito ao Crescimento Elevado. Retirado a 17 de novembro de 2011, de: <http://siteresources.worldbank.org/IDA/Resources/IDA-Mozambique-Portuguese.pdf>